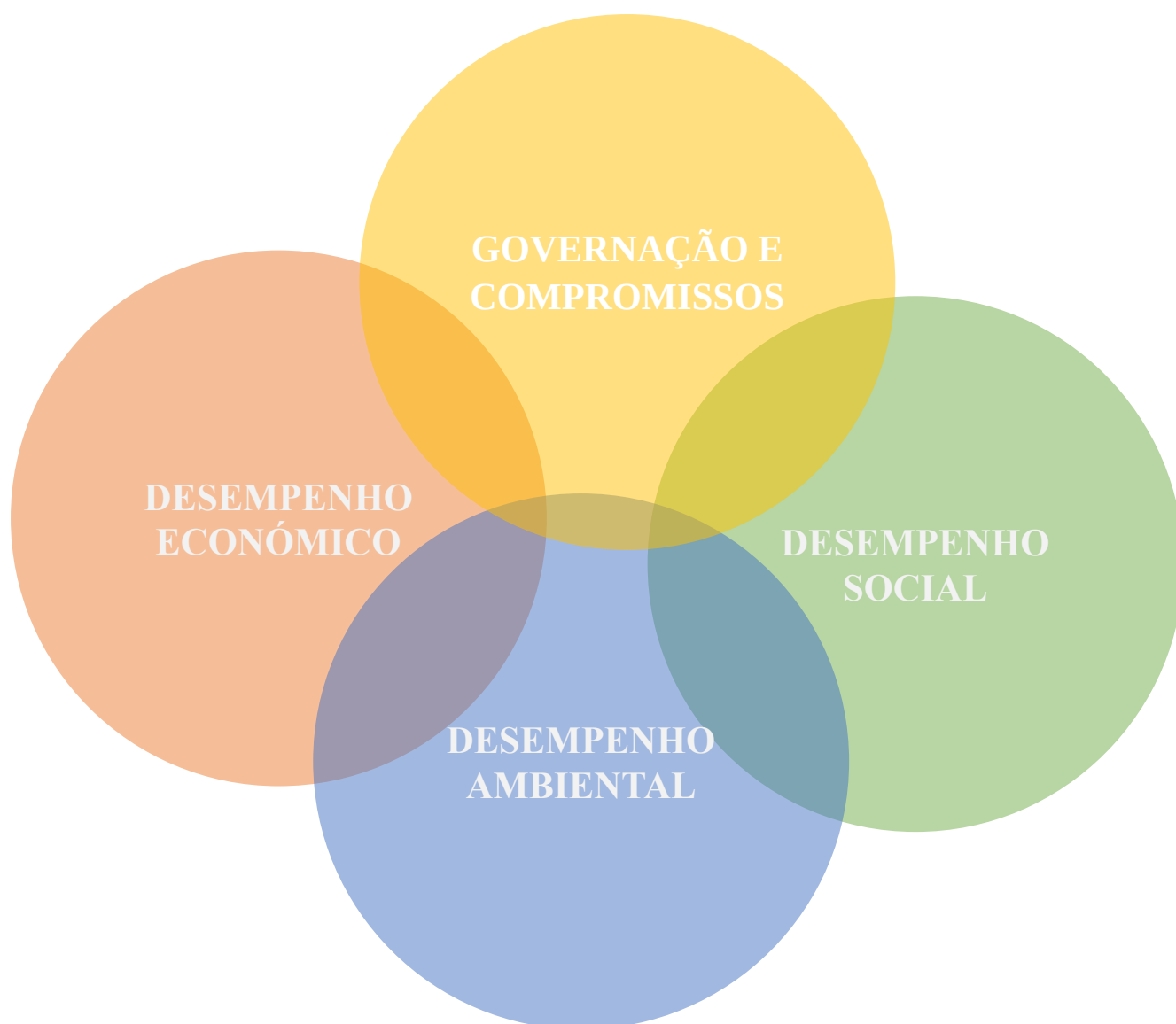


MUNICÍPIO DE ARCOS DE VADEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE





MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Índice

PREÂMBULO	4
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE DO MUNICÍPIO	5
1.1. Declaração do Presidente da Câmara Municipal.....	5
1.2. Descrição dos Principais Impactos da Ação Governativa.....	7
1.2.1. A Estratégia para Arcos de Valdevez	7
1.2.2. Os Domínios de Oportunidade a Explorar	9
2. MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	15
2.1. Localização e Contexto de Atuação	15
2.3. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade	17
2.4. Análise SWOT do Município de Arcos de Valdevez	18
3. GOVERNAÇÃO E COMPROMISSOS	21
3.1. Estrutura de Governação	21
3.2. Participação em Iniciativas Externas.....	23
3.3. Identificação e Relação com as Partes Interessadas e seus Requisitos	27
3.4. Comunicação com o Exterior.....	29
4. INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO	30
4.1. Indicadores de Desempenho Económico	30
4.1.1. Desempenho Económico	30
4.1.2. Presença no Mercado.....	33
4.1.3. Impactes Económicos Indiretos.....	33
4.1.4. Recomendações ao Desempenho Económico e Financeiro	36
4.2. Indicadores de Desempenho Ambiental.....	37
4.2.1. Materiais	37
4.2.2. Energia.....	38
4.2.3. Água	40
4.2.4. Biodiversidade	41
4.2.5. Emissões, Efluentes e Resíduos	45



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VLADEVÊZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

4.2.6.	Produtos e Serviços	50
4.2.7.	Recomendações ao Desempenho Ambiental.....	50
4.3.	Indicadores de Desempenho Social.....	51
4.3.1.	Emprego	52
4.3.2.	Relação de Funcionários e Administração	55
4.3.3.	Segurança e Saúde no Trabalho	56
4.3.4.	Formação e Educação	59
4.3.5.	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	65
4.3.6.	Recomendações ao Desempenho Social.....	67
5.	OS NOSSOS COMPROMISSOS	68
6.	CORRESPONDÊNCIA ENTRE O RELATÓRIO E AS DIRETRIZES DO GRI.....	69

PREÂMBULO

O relatório de sustentabilidade pretende traduzir a governação e os compromissos e o desempenho económico, ambiental e social do Município de Arcos de Valdevez ao longo dos sucessivos exercícios económicos, abrangendo atualmente o ano 2015 e 2016. Este relatório resulta do planeamento de uma gestão pró-ativa, criteriosa e responsável, que procura ganhos de economia, eficiência e eficácia, melhorando a qualidade do serviço prestado aos munícipes e a sustentabilidade social, ambiental, económica e financeira do Município.

O Município detém um poder muito importante na sociedade, uma vez que este tem um importante papel no levantamento das necessidades da sua população e no desenvolvimento de ações que satisfaçam essas mesmas necessidades. Por ter um papel de proximidade com a população, a forma como este poder local atua e/ou se estrutura dará uma boa ou má imagem perante a sociedade.

Neste sentido, a elaboração deste relatório está associada a um processo de consciencialização e transparência que visa dar relevo aos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e de qualidade ambiental, através da transmissão dos resultados atingidos anualmente, visando identificar situações menos eficientes, para que possam ser corrigidas e melhoradas.

Este relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI), sintetizando a Missão, a Visão, os Valores e a Política de Qualidade que o Executivo Municipal define e pratica na sua Governação, numa abordagem repartida por quatro grandes áreas de intervenção, que avaliam e reportam a sustentabilidade das opções estratégicas tomadas.

Governação e Compromissos	Indicadores de Desempenho Económico	Indicadores de Desempenho Ambiental	Indicadores de Desempenho Social
- No relacionamento com as partes interessadas (empresas, colaboradores, munícipes...); - Nos compromissos com iniciativas externas; - Na transparência e eficiência da relação com os cidadãos.	- Na ótica da sustentabilidade económica e financeira da Autarquia e dos seus impactos na economia local.	- No que respeita à eficiência da sua gestão direta (edifícios, frotas, energia, água, ...); - Na adoção e sensibilização de boas práticas ambientais.	- Em programas educativos, culturais, de saúde, projetos sociais, ...; - No que respeita às práticas laborais, às políticas de formação e à relação com os trabalhadores.

1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE DO MUNICÍPIO

1.1. Declaração do Presidente da Câmara Municipal

Na condução dos destinos de Arcos de Valdevez, temos adotado uma posição de liderança, responsabilidade, empenho e dedicação na governação do Município. Temos procurado gerir da melhor forma os recursos públicos, através da tomada de decisões consertadas, com efeitos multiplicadores e de excelência ao nível do investimento, com atenção e na criação de oportunidades estruturantes e sustentáveis para os arcuenses e para o concelho.

O caminho a percorrer é longo, o salto que demos foi imenso. Recordar o concelho e as freguesias que havia há 40 anos, ver o que conseguimos é um exercício que todos devemos fazer e, independentemente das posições político-partidárias, dos maiores ou menores progressos, verificamos que estamos muito melhor, mais modernos e com mais progresso social, económico, cultural e ambiental.

Com este relatório queremos que todas as partes interessadas e principalmente todos os arcuenses, fiquem a conhecer a estratégia, as potencialidades, as oportunidades e os projetos de investimento para o concelho, a par de uma gestão responsável e equilibrada das contas públicas, procurando, desta forma, intensificar a confiança dos arcuenses e das partes interessadas na Autarquia, através da concretização dos objetivos a que nos propomos em cada exercício económico.

O concelho de Arcos de Valdevez tem potencialidades que devem ser exploradas, visando o aumento da competitividade e a atratividade do território, especialmente em torno dos sistemas agroambientais, do turismo, do eco-urbanismo e da função de acolhimento e dinamização empresarial. Somos um concelho com competências para promover níveis acrescidos de qualificação e empregabilidade da população, bem como o desenvolvimento equilibrado e a sustentável do território, que vise a conservação dos recursos e ativos territoriais, mas que permita simultaneamente criar melhores condições de vida e novas oportunidades para o concelho e para os arcuenses.

No Município pretendemos reforçar a estratégia de desenvolvimento sustentável e de satisfação dos arcuenses. Uma estratégia que preconiza a otimização da prestação do serviço público de forma a assegurar a melhoria continua dos serviços prestados aos munícipes.



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Queremos continuar a promover uma governação assente em princípios de transparência e participação, bem como numa gestão que assegure a sustentabilidade económica e o equilíbrio financeiro do Município, mais investimento, redução da dívida e intensifique as parcerias com as instituições.

O Município também tem procurado contemplar uma solidariedade mais efetiva. Para tal, tem reforçado um conjunto de medidas de apoio social aos mais desfavorecidos, isentando ou reduzindo impostos e taxas municipais.

Pretendemos dar continuidade aos projetos em curso e lançar as bases para os novos projetos que os arcuenses sufragaram e que resultaram de uma ampla auscultação de instituições e pessoas. Assim, prevemos investimentos na educação, desporto cultura, desenvolvimento empresarial, comércio e turismo, bem como nas redes de infraestruturas.

Na prossecução desta estratégia, o Município pretende reforçar a política de proximidade com os arcuenses e conta com o envolvimento ativo e participativo de diversas instituições do concelho.

Contamos com todos para continuarmos a promover uma comunidade cada vez mais solidária, sustentável e atrativa para viver, visitar, trabalhar e investir.

Presidente da Câmara Municipal

João Manuel Esteves

1.2. Descrição dos Principais Impactos da Ação Governativa

A ação governativa de um território implica impactos, riscos e oportunidades, proporcionais à estratégia delineada e aos objetivos a alcançar a que se propôs o Órgão Executivo.

Neste sentido, a concretização de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho de Arcos de Valdevez, só terá impacto no concelho e na vida das arcuenses, se as opções tomadas estiverem de acordo com as necessidades e expectativas destes.

As opções tomadas pelo Órgão Executivo comportam riscos, desde logo por não induzirem a impactos imediatos, mas antes por terem características estruturantes para o concelho, com impactos visíveis apenas a médio/longo prazo.

Na prossecução da estratégia de desenvolvimento sustentável, o Órgão Executivo conta com o envolvimento ativo e participativo de diversas instituições do concelho, designadamente as associações desportivas, culturais e sociais, a Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Parca (ACIAB), a Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL), o Centro de Incubação de Empresas (In.Cubo), o movimento associativo da nossa Diáspora e muitas outras entidades. Em termos intermunicipais, a CIM do Alto Minho é o parceiro por excelência, desempenhando um papel primordial na concertação de políticas supramunicipais.

Ao nível das Grandes Opções do Plano o Órgão Executivo tem direcionado a sua ação num conjunto diversificado de políticas orientadas para a promoção da educação, ação social, cultura, desporto e lazer e turismo, assim como ao nível da promoção e atração de investimento, emprego e coesão territorial.

1.2.1. A Estratégia para Arcos de Valdevez

Do ponto de vista setorial, optou-se por centrar o enquadramento estratégico nos domínios do Desenvolvimento Social e Económico, considerando que estes são os que, para além de mobilizar e pôr em valor um conjunto alargado de recursos e ativos locais, concentram maiores afinidades, impactos e oportunidades a explorar a partir de dinâmicas colaborativas, visando a construção de uma melhor oferta de qualidade de vida, sustentada em três dimensões principais:

➤ **na valorização da dimensão ambiental do território**, através da promoção da biodiversidade e da preservação dos seus importantes ativos ambientais, a partir dos quais poderá ser construído um desenvolvimento que pretendem sustentável. Esta surge como a preocupação central, e a base para o futuro desejado;

➤ **na aposta em novas oportunidades de geração de valor**, muito orientadas para as energias renováveis, para a agricultura de precisão, para o turismo e para o desporto, a partir das quais será possível criar novas atividades, qualificar e diferenciar as existentes, bem como gerar emprego e riqueza. Trata-se de uma aspiração para a criação de uma base económica mais verde e experiencial, assente num novo paradigma económico que vem ganhando importância, e no qual a valorização de cadeias de produção com menores impactos ambientais por um lado, e de criação de experiências diferenciadoras por outro, se destacam, sobretudo devido aos seus importantes efeitos de arrastamento e difusão para outros setores e atividades;

➤ **na alavancagem da identidade local como fator diferenciador**, a partir do qual será possível criar novas iniciativas, reforçar o sentimento de pertença, ativar novas ofertas e, fundamentalmente, ganhar espírito comum, orgulho e iniciativa coletiva. Associado a este surge, naturalmente, o desejo de mais e melhor comunicação, não só externa, mais orientada para a projeção e promoção do concelho, mas também interna, de reforço de laços e de partilha de informação sobre a(s) comunidade(s) locais e as respetivas iniciativas.

Neste sentido, a estratégia de desenvolvimento do Município para Arcos de Valdevez equaciona cinco orientações estratégicas:

OE1. Promover a Governança Local para a Sustentabilidade, através da capacitação dos agentes locais, do foco na sustentabilidade dos projetos a implementar e da dinamização de redes colaborativas;

OE2. Adotar uma Focagem e Estruturação Temática para a Diferenciação, que concentre recursos, ativos e esforços em torno de alguns domínios de especialização, e a partir dos quais se torne possível explorar novas oportunidades de desenvolvimento para o Concelho;

OE3. Promover Ecossistemas de Valor com base no empreendedorismo e na inovação, facilitando novos apoios à base empresarial orientados para a inovação, densificação e qualificação das principais fileiras produtivas locais, e para o apoio à exploração de novas oportunidades de produção e de consumo;

OE4. Criar e Qualificar Espaços e Equipamentos Coletivos, tornando-os mais amigáveis, inclusivos, diferenciadores e conectados, geradores de maior conforto urbano e de qualificação territorial;

OE5. Apostar na Valorização do Capital Humano e na Promoção de uma Comunidade mais resiliente e com melhor Qualidade de Vida, reforçando a qualificação e a empregabilidade da população; assegurando o acesso a serviços sociais ajustados e inovadores; e dando relevância à promoção da ligação com a diáspora arcuense.

1.2.2. Os Domínios de Oportunidade a Explorar

Um dos principais resultados do diagnóstico realizado consistiu na identificação dos principais domínios de oportunidade a explorar em Arcos de Valdevez, a partir dos quais será possível focar a ação necessária à concretização da visão de futuro previamente estabelecida, e nos quais deverá assentar o esforço de desenvolvimento a realizar a curto/médio prazo.

Assim, como resultado da análise que incidiu nos principais problemas/necessidades, nas dinâmicas e tendências mais relevantes, e na identificação dos principais recursos e ativos locais a mobilizar, foram identificados, para cada temática explorada, os domínios prioritários que o seguinte quadro apresenta.

Temáticas e Domínios de Oportunidade	
Bem-Estar & Qualidade de Vida	✓ Promoção da participação e do envolvimento cívico;
	✓ Articulação e valorização da relação urbano/rural;
	✓ Geração de um concelho atrativo para todos;
	✓ Facilitação do envelhecimento ativo e saudável;
	✓ Promoção das respostas de inovação social;
	✓ Promoção e adequação da educação, qualificação e empregabilidade;
Cultura, Turismo e Lazer	✓ Qualificação e inovação das ofertas turísticas locais;
	✓ Organização do sistema turístico do concelho;
	✓ Promoção do marketing territorial e comunicação;
	✓ Alavancagem do ativo “identidade local”;
Dinamização Económica	✓ Promoção de dinâmicas empreendedoras e de cadeias de valor;
	✓ Qualificação do apoio à base económica local;
	✓ Valorização económica e sustentável dos recursos e produtos endógenos;
	✓ Promoção da economia das experiências e de novas ofertas empresariais.

As políticas desenvolvidas nestes dois últimos anos e a desenvolver nos anos seguintes no âmbito das Grandes Opções do Plano serão:

❖ Educação, Formação e Emprego

- Apoiar a requalificação, manutenção e modernização da rede de equipamentos escolares;
- Promover uma maior articulação entre os vários parceiros do Conselho Municipal de Educação;
- Promover o sucesso escolar, através de iniciativas de apoio aos alunos e famílias;
- Reforçar a ação social escolar através, do fornecimento de refeições e transportes escolares gratuitos ou comparticipados; o apoio na aquisição de livros e material didático; a realização de atividades de enriquecimento curricular (AEC); melhorar a “Componente de Apoio à Família”; e reforçar a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior;
- Aprofundar a interação das escolas com a comunidade, através do apoio a iniciativas tão diversas como a promoção da leitura, o conhecimento da história local e do património; a educação ambiental; a educação para as artes; a educação para a saúde e desporto; e a promoção da mobilidade e intercâmbio juvenil;
- Adequar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho em articulação com as Instituições de Ensino e Centros de Formação;
- Intensificar as relações com as empresas estabelecidas no concelho procurando agilizar a integração no emprego de jovens e desempregados;
- Promover o pacto territorial para a empregabilidade e políticas ativas de emprego e formação profissional;
- Promover a inovação, empreendedorismo e o apoio à criação do auto emprego e empresas, em parceria com a In.cubo, a ACIAB e a Cooperativa Agrícola;
- Promover o programa de estágios profissionais para recém-licenciados em vários domínios;
- Apoiar a contratação de pessoas inscritas no Centro de Emprego para prestar diversos serviços nas Freguesias e no Município.

❖ Ação Social e Saúde

- Reforçar as parcerias no âmbito do Conselho Local de Ação Social;
- Reforçar a cooperação técnica e financeira com as instituições particulares de solidariedade, na modernização e no reforço das respostas sociais a nível local;

- Reforçar a inclusão social, através do apoio no pagamento de medicamentos, água eletricidade e rendas; à melhoria das condições de habitabilidade; ao realojamento em habitações sociais e na disponibilização gratuita de projetos-tipo para a construção de habitações;
- Apoiar o alargamento da rede de respostas e equipamentos sociais;
- Dar continuidade à requalificação dos fogos habitacionais arrendados pelo Município, assim como, ao programa de apoio ao arrendamento, procurando atenuar as dificuldades dos agregados familiares com maior carência socioeconómica;
- Requalificar edifícios municipais para efeitos de arrendamento jovem apoiado, como é o caso da reconstrução das casas na Valeta;
- Dinamizar o Plano Municipal do Idoso e a Comissão de Apoio à População Idosa, em articulação com as instituições de solidariedade do concelho, tendo como finalidade promover o envelhecimento ativo e saudável, o convívio intergeracional e o combate ao isolamento e abandono da população idosa;
- Incentivar a integração e valorização social das pessoas com deficiência;
- Apoiar as unidades de apoio à vítima de violência doméstica e alcoolismo;
- Implementar o Plano Municipal de Igualdade do Género;
- Apoiar as unidades de saúde de apoio à comunidade, cuidados continuados e cuidados paliativos;
- Pugnar pela melhoria na acessibilidade aos cuidados de saúde e pelo aumento dos serviços prestados;
- Implementar programas de desenvolvimento de um estilo de vida saudável, como forma de prevenção e combate aos comportamentos aditivos;
- Pugnar por um maior alargamento da política de proximidade ao nível da segurança pública;
- Colaborar com a GNR na segurança de pessoas e bens.

❖ **Cultura, Desporto e Associativismo**

- Melhorar a rede de equipamentos culturais e desportivos do município e das associações;
- Estimular um conjunto de iniciativas que visem o desenvolvimento recreativo, cultural e desportivo, alargando os públicos-alvo, as modalidades e a distribuição geográfica dos eventos;

- Diversificar a agenda e a realização de iniciativas de impacto nacional e internacional;
- Intensificar a cooperação com o movimento associativo na execução e divulgação das suas atividades, desenvolvendo a sua capacidade de organização e sustentabilidade;
- Promover e dinamizar a atividade cultural realizada na Casa das Artes;
- Reforçar o apoio às entidades e iniciativas que visem promover e valorizar a nossa etnografia, folclore e cultura tradicional;
- Dinamizar o Gabinete e o Portal do Associativismo;
- Implementar os projetos do Centro Interpretativo do Barroco, a Oficina de Criatividade Himalaia, o Espaço Valdevez, entre outros;
- Afirmar o concelho como um espaço de excelência para a prática de desporto de natureza.

❖ **Coesão Territorial**

- Pugnar por políticas integradas de incentivo e apoio à natalidade, à fixação e atração de população e ao regresso dos arcuenses;
- Isentar e reduzir os impostos e taxas municipais, beneficiando as pessoas e as empresas;
- Pugnar pelo acessos e serviços públicos de proximidade;
- Aprofundar a cooperação institucional a nível regional, nacional e transfronteiriço;
- Reabilitar a rede viária municipal e melhorar a segurança rodoviária;
- Melhorar a mobilidade urbana, as vias pedonais, as ciclovias e os locais de estacionamento e implementar do plano de acessibilidades;
- Avançar com a requalificação das entradas a norte e sudoeste da Sede do Concelho;
- Estabelecer protocolos com as Freguesias tendo em vista à realização de diversas obras e outras iniciativas;
- Reforçar as redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, pugnando pela aprovação das candidaturas apresentadas;
- Redução das tarifas de ramais e ligação de água e saneamento, como incentivo a uma maior adesão às redes públicas;
- Reforçar a rede de recolha de resíduos sólidos urbanos e recolha seletiva;
- Reforçar a iluminação pública e adotar medidas e investimentos de eficiência energética;
- Requalificar o centro coordenador de transportes e pugnar por uma melhor rede de transportes públicos;

- Apoiar e dinamizar iniciativas de prevenção e proteção contra incêndios florestais, articulando com as diversas entidades;
- Pugnar pela concretização do projeto piloto para recuperação das áreas ardidas no concelho;
- Aprofundar a cooperação com os agentes da Proteção Civil, Bombeiros Voluntários, as Forças de Segurança e os Serviços de Justiça;
- Manter o apoio aos Bombeiros Voluntários, através da atribuição de financiamentos à sua atividade e apoio à reabilitação do Quartel;
- Pugnar por uma melhor cobertura da rede de telecomunicações;
- Avançar com a construção da Casa Mortuária e do arranjo da envolvente ao Cemitério Municipal;
- Pugnar pela requalificação da EN 202 e a ligação do IC 28 à fronteira da Madalena/Ourense.

❖ **Desenvolvimento Rural e Empresarial**

- Valorizar e promover os produtos locais;
- Potencializar o mercado municipal, as feiras e os circuitos de custos de comercialização;
- Valorizar o comércio através de parcerias, de iniciativas de urbanismo comercial, de incentivos ao investimento e da promoção e animação dos espaços ao ar livre e comerciais;
- Promover a realização e a participação em iniciativas de animação e promoção da atividade comercial, visando a dinamização da restauração, alojamento, comércio local e turismo;
- Estimular a diversificação e modernização da economia rural;
- Promover a atividade agrícola em articulação com as instituições e os agentes do setor;
- Fomentar a produção pecuária e vitivinícola;
- Dinamizar a produção florestal e a utilização múltipla da floresta em parceria com os baldios e as associações do sector;
- Promover a habitação e a reabilitação urbana, através da disponibilização de um pacote de incentivos para a zona da ARU, bem como o seu alargamento para outras áreas do Concelho;

- Isentar de IMT a aquisição de habitação própria e permanente por parte de jovens até aos 35 anos de idade;
- Implementar o Plano de Ação para a Regeneração Urbana-PARU, através da execução de arruamentos, estacionamento e espaços públicos, visando a dinamização empresarial e social;
- Melhorar o acolhimento empresarial, através da qualificação dos espaços, dos incentivos à localização, dos serviços às empresas e a criação de uma plataforma de promoção dos produtos e serviços;
- Reforçar o pacote de incentivos ao investimento, nomeadamente através da isenção de derrama, da dinamização do programa “Via Verde para o Investidor” e do apoio à identificação de fontes de financiamento, à internacionalização e à capacitação das empresas para a inovação;
- Reduzir em 50% as taxas de licenciamento municipal de projetos agrícolas, florestais, industriais, comércio e Turismo;
- Reforçar o apoio à criação de empresas através do Fundo Municipal de Apoio a Pequenas Iniciativas Empresariais, Arcos-Finicia;
- Promover ações de atração de investimento em Portugal e no estrangeiro;
- Intensificar a cooperação entre empresas, as instituições, associações sectoriais e a diáspora;
- Fomentar novas oportunidades de investimento, estimulando o empreendedorismo, a inovação e a criação de um fundo de apoio às pequenas empresas.

❖ **Turismo e Ambiente**

- Valorizar e promover o nosso património ambiental, histórico e cultural;
- Promover o Turismo de Natureza e Cultural;
- Dinamizar o Conselho Municipal de Turismo, envolvendo todos os parceiros e agentes do sector;
- Intensificar a promoção do PNPG como espaço de excelência ambiental e desenvolver o plano de valorização;
- Dinamizar a Porta do Mezio em parceria com a ARDAL;
- Valorizar e promover os produtos turísticos como a gastronomia, os produtos locais, os circuitos turísticos, as ecovias e trilhos, atividades náuticas, o artesanato, entre outros;



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

- Reforçar as parcerias, envolvendo as instituições, os agentes do sector e a diáspora;
- Apoiar e acompanhar os investimentos e empreendimentos turísticos no Concelho;
- Promover e divulgar o roteiro enoturismo no concelho e dinamizar a atividade dos produtores/engarrafadores em parceria com a Associação Vinhos de Arcos de Valdevez;
- Valorizar os espaços urbanos e de interesse paisagístico;
- Zelar pela biodiversidade, a sustentabilidade ambiental e eficiência energética, envolvendo a comunidade e as instituições;
- Avançar com os projetos do Museu da Água ao Ar Livre, bem como o apoio aos investimentos na área da Paisagem Cultural de Sistelo; no Parque Florestal, nas Albufeiras, entre outros;
- Avançar com a criação de lojas de promoção de produtos locais e artesanato, “Esplanadas do Vez”, no Campo do Trasladário;
- Avançar com o Parque Biológico do Mezio e com o projeto de promoção do turismo astronómico, Dark Sky.

2. MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

2.1. Localização e Contexto de Atuação

O concelho de Arcos de Valdevez fica situado no noroeste peninsular português, na região Minho-Lima, no distrito de Viana de Castelo. Este Município subdivide-se em 36 freguesias, registando uma população de cerca de 22 500 habitantes que se distribuem por 458 Km², constituindo o maior concelho do distrito e da região Minho-Lima. Arcos de Valdevez é um concelho caracteristicamente rural, com uma área geográfica dispersa, o que se revela no isolamento de muitas freguesias, nomeadamente as mais montanhosas.

A população é caracterizada como envelhecida, com variações demográficas negativas, devido à diminuição da taxa de natalidade e mortalidade verificadas nos últimos anos, e ainda com uma taxa de analfabetismo elevada e com baixos níveis de escolaridade.

As características rurais do concelho condicionam a atividade profissional da população que está integrada maioritariamente no setor primário. Contudo, apenas uma pequena parte do concelho é constituída por solos de efetiva aptidão agrícola e apenas um quarto da área concelhia



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

está ocupada com explorações agrícolas. Trata-se sobretudo de uma agricultura de subsistência e com sistemas de produção arcaicos.

De referir o peso que os setores secundário e terciário têm adquirido ao empregar um grande número de trabalhadores, nos três parques industriais existentes no Concelho (PE de Paçô, PE de Mogueiras e PE de Padreiro).

A proximidade é um vetor de ação política privilegiada pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez no desenvolvimento de políticas nas áreas da segurança, saúde, educação, ação social, cultura, turismo, desporto e desenvolvimento económico entre outros, que visem o desenvolvimento sustentável do concelho.

2.2. Caracterização Geral dos Municípios

Portugal é um país de Estado de Direito, pelo que lhe compete diversas tarefas fundamentais, tais como a redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, garantindo a provisão de bens e serviços públicos a todos, bem como a igualdade de oportunidade no acesso aos mesmos.

Então, é neste contexto, que a organização democrática do Estado, tal como a conhecemos, compreende a existência de autarquias locais, tal como refere o artigo 235º da Constituição da República Portuguesa (CRP), sendo que o artigo 6º da CRP lhes confere o princípio da autonomia do poder local. Desta forma, o artigo 235º, nº2 da CRP define autarquias locais como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro estabelece um conjunto de normas que possibilita às autarquias locais a autonomia na realização dos seus objetivos e na gestão mais adequada dos seus recursos, de acordo com as necessidades de cada região/população. A referida lei aprova o regime jurídico das autarquias locais e a atuação das mesmas.

Os municípios são, então, responsáveis pela avaliação das necessidades e interesses próprios da população residente no seu conselho e pela distribuição dos seus recursos por essa mesma população, por forma a garantir a eficiência dos recursos. Dado que os municípios, pelo seu nível mais próximo da população, conhecem melhor os problemas e necessidades da sua região, é-lhes atribuído diversos domínios: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicação; educação; saúde; proteção civil; entre outros (artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

2.3. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade

❖ Missão

Proporcionar às pessoas um conjunto de serviços e infraestruturas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população, o enriquecimento da sociedade local e a atratividade turística e empresarial da região.

❖ Visão

Orientar a sua ação na construção de um concelho de excelência no âmbito do serviço público, preparado para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, num quadro de desenvolvimento sustentável.

❖ Valores

Os serviços municipais pautam a sua atividade pelo Valor para o cliente/munícipe; pela qualidade, inovação e excelência nos serviços prestados; pela responsabilidade social e ambiental; pela equidade, integridade e transparência; pela valorização profissional e realização pessoal dos colaboradores do Município; pela eficiência na gestão recursos e pela solidariedade e cooperação institucional.

❖ Política de Qualidade

A Política de Qualidade do Município assenta essencialmente nos seguintes pressupostos:

- Contribuir para a valorização e formação profissional dos seus Recursos Humanos que se traduzirá na melhoria do desempenho individual e coletivo;
- Fomentar a inovação tecnológica e facilitar o acesso à informação, utilizando-a como um instrumento de simplificação, eficiência, transparência e orientação para a sociedade;
- Garantir o cumprimento do Sistema de Gestão implementado, tendo como objetivo a Melhoria Contínua da eficácia e da adequação dos serviços prestados aos clientes;
- Estimular a avaliação dos clientes quanto à qualidade dos serviços prestados.

A política evidencia o comprometimento do Executivo na implementação dos requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade segundo o modelo definido na norma NP EN ISO 9001,



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

adaptado à nossa organização, e dirigido para a aplicação efetiva da Política e cumprimento dos Objetivos da Qualidade previamente definidos.

2.4. Análise SWOT do Município de Arcos de Valdevez

Esta análise do cenário atual é baseada numa Análise SWOT- uma ferramenta útil para a gestão e planeamento estratégico de qualquer entidade.

A partir desta análise, a Câmara Municipal consegue construir as diretrizes para o futuro, tendo em conta que as Forças e as Oportunidades auxiliam o (re)posicionamento estratégico na sua atuação e as Fraquezas e as Ameaças podem dificultá-lo.

O planeamento baseado na consciencialização desta análise SWOT pode impulsionar mudanças na cultura, organização e ação da Câmara Municipal.

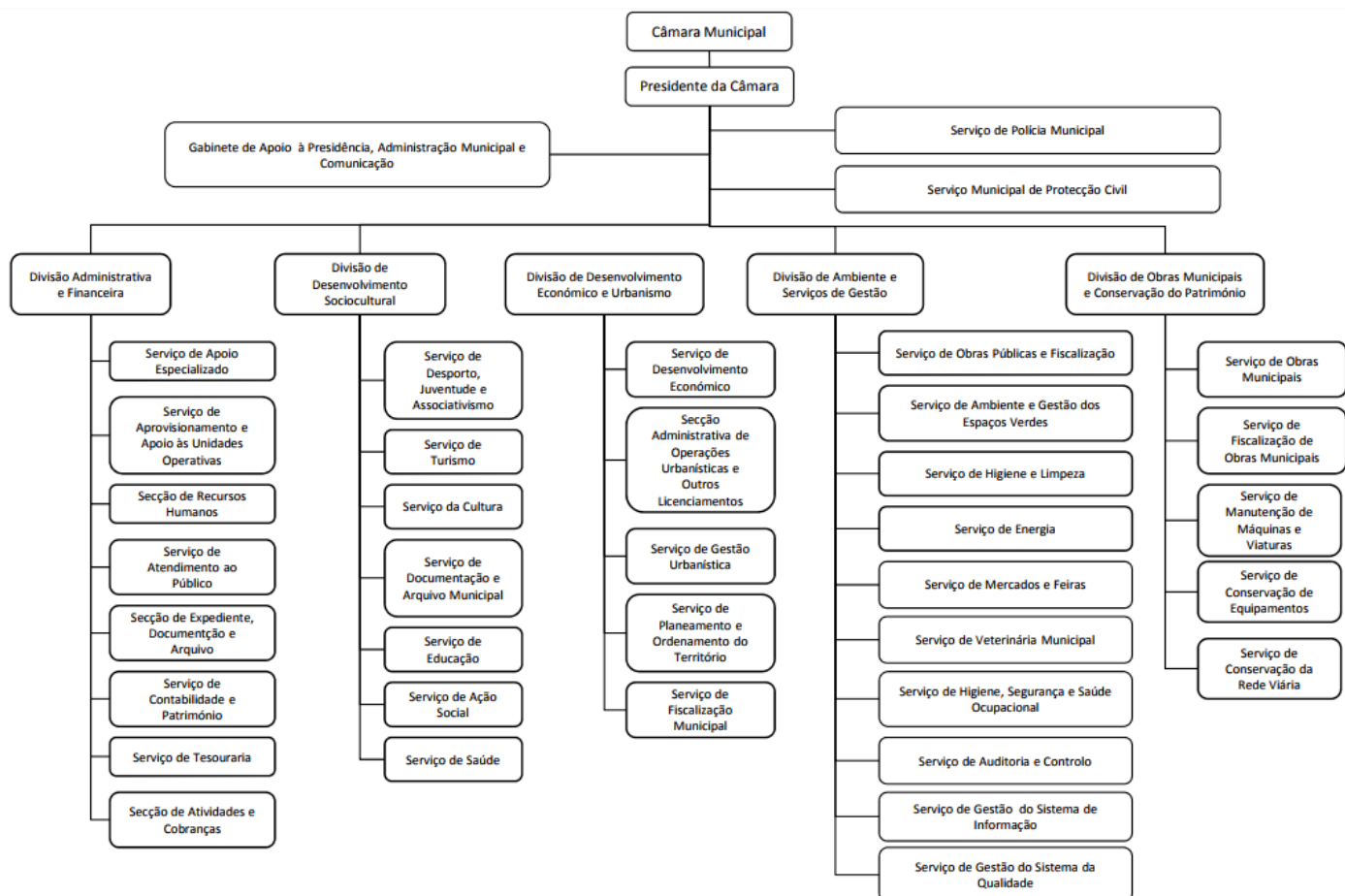
FATORES INTERNOS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Boas acessibilidades e posição geoestratégica privilegiada para o investimento, pela relação de proximidade com a Galiza;	Baixa densidade populacional nas zonas rurais;
Benefícios Fiscais: Isenção do pagamento de derrama municipal de todas as empresas no concelho;	População envelhecida;
Potencialidades e incentivos ao investimento no Concelho;	Insuficiência do mercado local;
Existências de três parques Industriais, com uma forte percentagem de empresas instaladas em indústria de média e alta tecnologia e forte capacidade exportadora;	Setor Empresarial de reduzida dimensão;
Equipamentos culturais e desportivos qualificados;	Pouca utilização de novas tecnologias.
Património Histórico, Cultural de grande valor;	
Riqueza ambiental como resultado da existência de diversas áreas protegidas entre elas o único Parque Nacional do País (PNPG), declarado pela UNESCO, Reserva Mundial da Biosfera.	
Condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e ao lazer através da valorização do património.	

FATORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Elevado potencial endógeno do meio rural;	Desertificação de áreas rurais;
Parques industriais infraestruturados e com capacidade de acolhimento e expansão;	Fraca sustentabilidade social e económica das zonas rurais;
Articulação do sistema de ensino com os centros de produção e difusão de conhecimento existentes no concelho;	Baixa densidade populacional nas zonas rurais;
Valorização do património histórico, cultural e natural;	Pouca dinâmica agrícola/florestal;
Promoção do concelho e da sua oferta ao nível do comércio, do turismo de natureza, do património cultural e ambiental, das tradições, do artesanato e da sua gastronomia e vinhos;	Baixa qualificação/formação profissional;
Dinamização da atividade económica e do potencial turístico do concelho;	Necessidade de reforço da competitividade e valorização do território;
Promoção do setor agrícola, das empresas, dos seus produtos e Serviços;	Desenvolvimento económico débil;
Acesso a Fundos Comunitários (Portugal 2020);	Conjuntura económico-social desfavorável.
Proximidade à Diáspora como fator de divulgação regional e nó de articulação internacional;	
Nova cultura organizacional: o conceito de melhoria continua promove a qualidade, simplifica os procedimentos e assegura a transparência dos processos.	

3. GOVERNAÇÃO E COMPROMISSOS

3.1. Estrutura de Governação

❖ Organigrama da Câmara Municipal



A Câmara Municipal é o órgão Executivo do Município de Arcos de Valdevez e é constituída por um Presidente e por seis Vereadores, um dos quais é Vice-Presidente.

Cargo	Nome	Partido	
Presidente	João Manuel Esteves	PSD	Tempo Inteiro
Vice- Presidente	Hélder Manuel Rodrigues Barros	PSD	Tempo Inteiro
Vereador	Belmira Margarida Torres Reis	PSD	-
Vereador	Olegário Gomes Gonçalves	PSD	Meio Tempo
Vereador	Dora Maria Ramos de Abreu Brandão Machado Cruz	PS	-
Vereador	Emília Graça Neto Cerdeira	PSD	Tempo Inteiro
Vereador	Nelson Cerqueira de Fernandes	PSD	-



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A distribuição de pelouros foi realizada pelos membros do Executivo com mandato em regime de tempo inteiro. Procurou-se a coerência entre os pelouros atribuídos, a área de formação, as qualidades e apetências pessoais e sobretudo a experiência profissional para a sua atribuição. Os pelouros estão agrupados de acordo com as suas afinidades e estão distribuídos do seguinte modo:

Cargo	Nome	Pelouros
Presidente	João Manuel Esteves	Coordenação Geral Juntas de Freguesia Cultura Desenvolvimento Económico (Rural, Comercial, Industrial e Turismo) Planeamento e Ordenamento Obras Públicas Municipais Diáspora e Relações Internacionais Justiça
Vice-Presidente	Hélder Manuel Rodrigues Barros	Administração e Finanças Contraordenações e Execuções Fiscais Gestão de Recursos Humanos Gestão Urbanística Gestão da Rede de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Gestão da Rede de Resíduos Sólidos Cemitério Municipal
Vereador	Belmira Margarida Torres Reis	Ação Social Saúde
Vereador	Olegário Gomes Gonçalves	Proteção Civil Gestão de Espaços Verdes e Energia Mercados e Feiras Conservação de Equipamentos e Viaturas Municipais Conservação da Rede Viária e Trânsito Animação Cultural e Recreativa
Vereador	Dora Maria Ramos de Abreu Brandão Machado Cruz	Sem Pelouros
Vereador	Emília Graça Neto Cerdeira	Educação Associativismo Juventude e Desporto Sistema de Gestão da Qualidade Gestão do Sistema de Informação Modernização Administrativa
Vereador	Nelson Cerqueira de Fernandes	Património Municipal

3.2.Participação em Iniciativas Externas

O Município de Arcos de Valdevez, no exercício das suas atribuições e competências, desenvolve formas de cooperação e estabelece parcerias com diferentes entidades, indispensáveis para assegurar o bom cumprimento da sua programação e o alcance da estratégia delineada. Esta cooperação com as entidades locais efetua-se, sobretudo, através da atribuição de subsídios e a colaboração na realização de iniciativas com as varias entidades, para a concretização de atividades sociais, culturais, ambientais, desportivas e recreativas.

❖ EDUCAÇÃO

No ano 2015 e 2016 o Município desenvolveu e pretende manter no seu programa um conjunto de iniciativas, em parceria com o Agrupamento de Escolas, a Epralima - Escola profissional do Alto Lima, a Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL) e com muitas outras entidades, que valorizam o Município enquanto entidade precursora da responsabilidade social, cultural e ambiental, através do desenvolvimento de atividades de animação com as escolas, a promoção da leitura, o conhecimento da história local e do património, a educação ambiental e a educação para as artes. Destacamos algumas dessas iniciativas, tais como: abraço ao Rio Vez; abraço à Floresta; atividades de sensibilização ambiental com o pré-escolar; o projeto Florestar Voluntário; o projeto Guardiões da Floresta; o programa Eco-escolas, o projeto Gnomom – Escolas da Biosfera; a semana da leitura; as visitas à biblioteca municipal; as comemoração do dia do livro e da biblioteca; bem como outras atividades ligadas às artes e bem-estar como atividades de expressão musical e plástica, de yoga e de psicomotricidade e dança, adota um Monumento; Recriação Histórica do Recontro de Valdevez; Programa Escola Saudável; Pequenos Chefes no Mercado Municipal - Workshop de cozinha; as Festas de natal; o Desfile de carnaval e muitas outras atividades.

A par deste conjunto de iniciativas, o Município de Arcos de Valdevez ainda reforça o apoio à ação social escolar através de um conjunto de incentivos, dos quais: o reforço do apoio nas refeições escolares e nos transportes escolares; apoio aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico com escalão A e B; a realização de atividades de enriquecimento curricular (AEC`s) com oferta de material didático; reforço da componente de apoio à família para o pré- -escolar nomeadamente através do prolongamento do horário; atribuição de bolsas de estudo aos alunos do Ensino Superior; e a promoção da mobilidade e intercâmbio juvenil.

ANO	AEC's	Transportes Escolares	Refeições Escolares	Bolsas de Estudo
2015	70 630,94 €	607 949,23 €	103 755,77 €	8 650,00 €
2016	66 470, 50 €	624 067,77 €	277 124,32 €	15 000,00 €

❖ AÇÃO SOCIAL

Melhorar as condições de vida das famílias residentes no concelho, combatendo as situações de desigualdade e exclusão social, tem sido uma das preocupações do Município de Arcos de Valdevez, que lançou um conjunto de medidas de apoio à promoção da inclusão social de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, nomeadamente através do apoio na alimentação, no pagamento de dívidas com medicamentos, água, eletricidade e rendas, na realização de pequenas obras de melhoria do conforto habitacional e no realojamento em habitações sociais.

O Município conta, atualmente, com 69 fogos de habitação social, distribuídos por várias freguesias do concelho, os quais, se encontram todos ocupados, sendo que, no total, alojam cerca de 200 pessoas.

Estão a ser levadas a cabo um de conjunto de iniciativas mais direcionadas para a população envelhecida e para a saúde no concelho através do Plano Municipal do Idoso, em articulação com as instituições de solidariedade do concelho, tendo como finalidade promover envelhecimento ativo e saudável, através de iniciativas na área da saúde, ocupação dos tempos livres, condições habitacionais, acessibilidades, segurança, respostas sociais e serviços de apoio. O Município em parceria com as IPSS do concelho promove um conjunto de iniciativas, das quais: Olimpíadas Sénior; Seniores mais ativos; Festival Sénior; Comemoração dia mundial igualdade do género; Campanha laço azul e muitas outras iniciativas.

ANO	Apoio a famílias carenciadas	Apoio à recuperação de habitações
2015	4 381, 02 €	47 596,52 €
2016	5 677,83 €	123 056,18 €

❖ MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Todo este dinamismo, trabalho e parceria em prol do concelho e dos arcuenses é reconhecido pela Câmara Municipal, que também apoia a atividade corrente das Associações de cariz desportivo, cultural e recreativo existentes no concelho. De salientar, que esta cooperação também é visível ao nível do apoio na melhoria das suas instalações e na aquisição de veículos e equipamentos, bem como na criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo e no apoio a inúmeras iniciativas promovidas pelas associações, através da sua deslocalização a nível local, oferecendo uma maior diversidade de atividades lúdico-culturais e abrangendo os mais variados tipos de públicos.

O Município desenvolve ainda, várias iniciativas em parceria com as Associações e Instituições ligadas ao desenvolvimento do comércio, serviços, turismo, agricultura e apoio ao empreendedorismo, nomeadamente as Associações desportivas, culturais e sociais, a Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Parca, a Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima, o Centro de Incubação de Empresas, a Associação de Vinhos de Arcos de Valdevez, as Instituições de Ensino Profissional e Superior, os Centros de Formação, o Centro de Emprego e muitas outras entidades. Em termos intermunicipais, a CIM do Alto Minho é o parceiro por excelência, desempenhando um papel primordial na concertação de políticas supramunicipais.

De notabilizar, o sucesso da parceria criada entre o Município e muitas destas Associações e Instituições na concretização de eventos festivos como o Natal, a Páscoa, as Feiras do Gado, dos Produtos Locais e as parcerias com o setor da restauração e produtores locais na realização dos Ciclos Gastronómicos, visando a dinamização da restauração, alojamento, comércio local e turismo.

Subsídio ao Desenvolvimento da Atividade Associativa		
Ano	Cultura	Desporto e Recreio e Lazer
2015	226 925,00 €	243 863,98 €
2016	308 838,00 €	229 580,00 €

❖ **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Ao nível da atração de investimento, o Município tem promovido iniciativas de cariz económico e industrial, como é o caso da Expovez e participado juntamente com muitas empresas do concelho em iniciativas, nomeadamente organizadas pelas nossas comunidades de emigrantes no estrangeiro, visando a promoção e a internacionalização dos nossos produtos e empresas, o estabelecimento de contactos com as autoridades e as associações empresariais e locais, bem como a apresentação das nossas potencialidades e incentivos ao investimento.

O Município oferece um conjunto de incentivos e benefícios fiscais, dos quais se destacam: a isenção de derrama; preços simbólicos na aquisição de terrenos industriais; redução de 50% das taxas municipais relativas a licenciamentos de projetos agrícolas, florestais pecuários, comerciais, industriais, turísticos e de serviços; Via Verde para o empreendedor, sendo disponibilizada a redução em 50% dos prazos para licenciamento; o acompanhamento no crescimento; o apoio na identificação de financiamentos; o apoio à contratação de recursos humanos e formação profissional e o apoio a empreendedores através do fundo municipal ArcosFinicia. Ao nível da Reabilitação Urbana os incentivos são: a redução do IVA de 23% para 6% nas empreitadas; a isenção de IMT e IMI; a dedução à coleta de 30%; a redução para 50% das taxas de licenciamento municipal; a redução de IMI e IMT na reabilitação de edifícios e turismo.

O Município de Arcos de Valdevez está cada vez mais empenhado e vocacionado para atrair investimento, acompanhar e apoiar os investidores que acreditem nas vantagens competitivas que Arcos de Valdevez tem para oferecer.

Em Arcos de Valdevez os investidores encontrarão oportunidades, talento, um ambiente vibrante em termos de dinamismo e inovação, espaços industriais com localização privilegiada a custos competitivos, num contexto de ímpar qualidade de vida.

Ano	Subsídio ao Desenvolvimento da Atividade Económica
2015	238 799,29 €
2016	328 350,75 €

3.3. Identificação e Relação com as Partes Interessadas e seus Requisitos

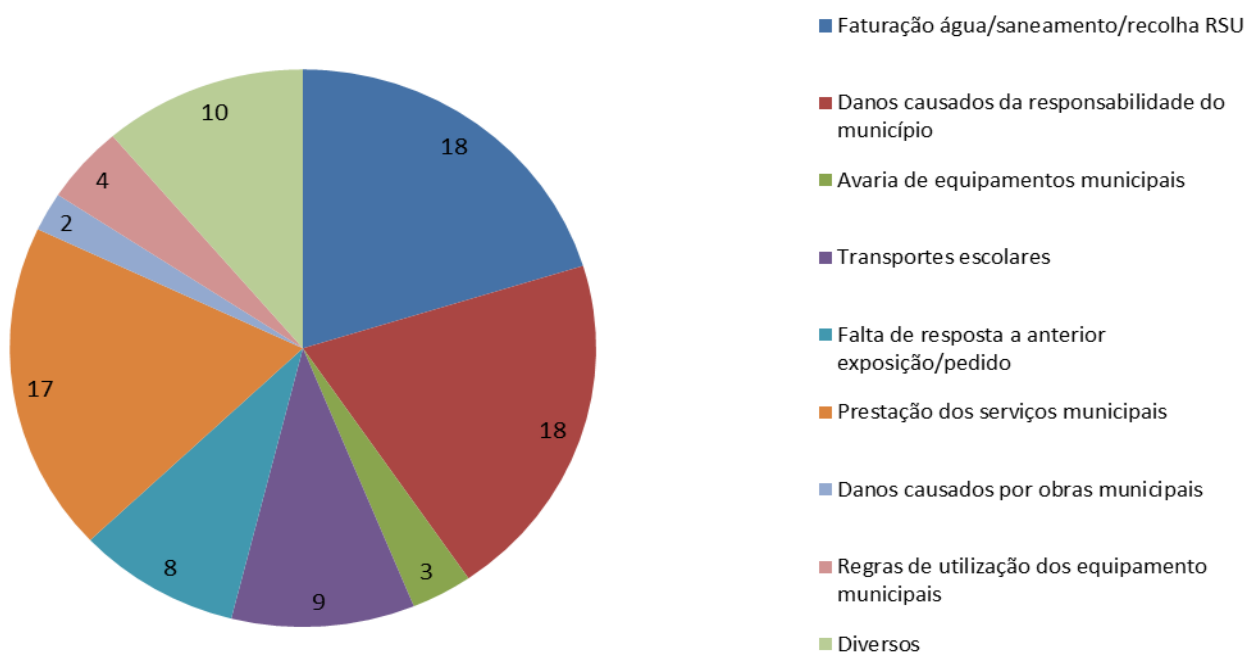
Nessa relação com as partes interessadas, o Município de Arcos de Valdevez tem como preocupação fundamental e prioritária a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes e visitantes, materializado na transparência, excelência da qualidade dos seus serviços, no rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos, requisitos legais e regulamentares, na focalização dos seus profissionais nas reais necessidades e expectativas dos seus clientes, na orientação para o desenvolvimento sustentável do Concelho, na preservação dos seus recursos naturais, no enriquecimento das qualificações dos seus jovens, na promoção de um conjunto de atividades orientadas para o bem-estar da população idosa, garantindo em simultâneo a concretização dos objetivos e interesses do município.

Partes Interessadas cuja intervenção impacta com o produto	Requisitos das Partes Interessadas
Fornecedores	Clareza dos requisitos dos produtos/serviços contratados
	Encomenda atempada dos produtos/serviços
	Cumprimento das condições de pagamento
Colaboradores	Possuir competências para o exercício da função
	Conhecer as atividades a realizar
	Ter conhecimento atempado dos objetivos
	Ter uma avaliação de desempenho executada
	Possuir os equipamentos adequados à sua função
Habitantes do Concelho	Cumprimento do serviço público
	Serem ouvidos
	Resposta às solicitações nos prazos estabelecidos
	Transparência da atividade Municipal
Juntas de Freguesia	Resposta às solicitações nos prazos acordados
	Apoio técnico e financeiro
	Articulação das intervenções com as juntas de freguesia
Entidades Oficiais	Cumprimento da legislação/regulamentação
	Resposta às solicitações nos prazos estabelecidos
Parceiros Locais	Cumprimento do definido no CLAS; CM Educação; CM Turismo
	Definição de um plano integrado de intervenção social
	Colaboração nas respostas de apoio social
	Disponibilização dos recursos necessários ao desenvolvimento da atividade educativa
	Resposta às solicitações nos prazos acordados
Entidade Certificadora do Sistema da Qualidade	Apoio logístico e financeiro
	Cumprimento das exigências inerentes à certificação

❖ **Análise das Reclamações**

	Nº de reclamações transitadas do ano	Nº de reclamações novas	Nº de reclamações fechadas	Nº de reclamações inseridas e tratadas no
2016	12	56	65	43
2015	7	40	35	21

Tipologia da Reclamação



❖ **Avaliação de Fornecedores do Ano 2016**

Anualmente os Serviços Municipais procedem à avaliação dos fornecedores do Município.

O Serviço de Gestão do Sistema da Qualidade efetuou a compilação e tratamento das avaliações aos fornecedores de bens e serviços para o ano 2016, tendo-se concluído o seguinte:

- Foram avaliados 473 fornecedores.
- 229 fornecedores não forneceram em 2016 e não foram avaliados, contudo, permanecem na lista de fornecedores da autarquia uma vez que na última avaliação a que foram sujeitos obtiveram uma pontuação positiva (≥ 3 valores, numa escala de 0 a 5 pontos).
- Foram incluídos na lista 141 novos fornecedores em 2016.

➤ **Avaliação da Satisfação dos Clientes do Ano 2016**

O setor dos resíduos sólidos urbanos e jardins obtiveram um índice de satisfação de 80%, que se deve essencialmente à insatisfação dos munícipes em relação à limpeza dos contentores e zona envolvente. Em 2016 foram higienizados 100% dos contentores da zona urbana e 46% dos contentores da zona rural.

Local / Serviço	Índice de satisfação 2016	Índice de satisfação global 2016
Paços do Concelho	83%	80%
Jardins e RSU	80%	
Piscinas	81%	
Casa das Artes	86%	

As Piscinas Municipais, os serviços da Casa das Artes e os Serviços do Edifício Paços do Concelho ultrapassaram a meta de 80% definida para o ano 2016.

3.4. Comunicação com o Exterior

A comunicação com o exterior é instrumento indispensável para o Município de Arcos de Valdevez, que dispõe de um Gabinete de Comunicação. Este, é responsável pela comunicação para os media e para o público em geral, através da elaboração press releases /comunicados de imprensa sobre os eventos; inserções publicitárias em revistas, jornais ou rádios relevantes para a Autarquia e para o Concelho, deixando a execução para empresas da especialidade, que subcontrata (p.e. afixação de outdoors, flyers e cartazes em locais estratégicos).

Para além das relações que se estabelecem pelos meios tradicionais de comunicação, assume cada vez maior relevância o estabelecimento de relações via Internet, através da publicação na página da internet da Câmara Municipal, redes sociais, nomeadamente Facebook, Tweeter, Linkdin, Google+ e canal do youtube.

Estas ferramentas divulgam de um modo privilegiado a informação no “espaço global”. A configuração do site permite uma fácil acessibilidade aos menus de navegação e aos respetivos conteúdos de carácter institucionais e informativos. Contém ainda uma área de atendimento ao Munícipe – Espaço do Cidadão – que disponibiliza formulários on-line, um espaço de sugestões e reclamações e outras informações úteis de apoio ao cidadão. A gestão de conteúdos do site é da responsabilidade da Câmara Municipal, estando esta a cargo do Gabinete de Comunicação.

4. INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO

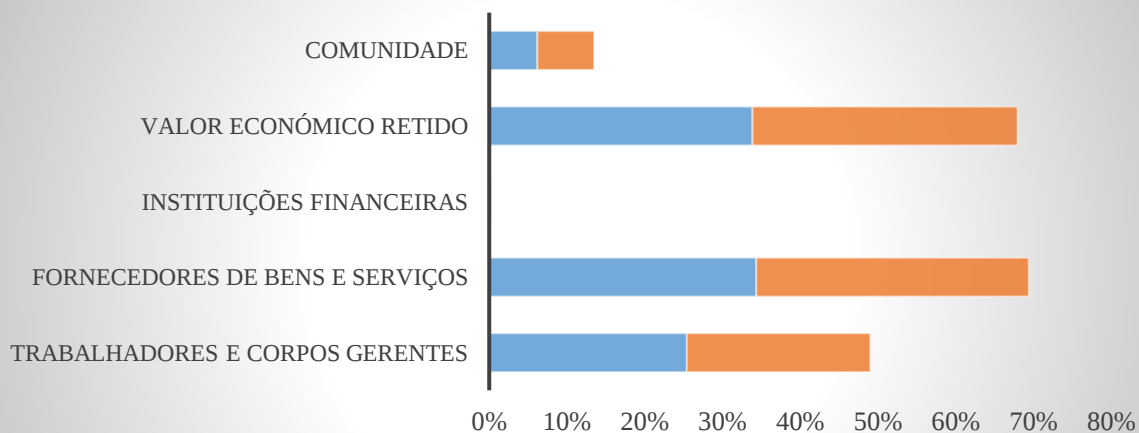
4.1. Indicadores de Desempenho Económico

4.1.1. Desempenho Económico

EC1 - Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.

VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO		
	2 015	2 016
	€	€
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO		
Vendas	1 045 594 €	1 081 571 €
Prestações de Serviços	1 681 587 €	1 638 451 €
Impostos e Taxas	3 137 298 €	2 986 418 €
Transferências e Subsídios Obtidos	12 285 084 €	12 639 297 €
Outros Proveitos	0 €	0 €
Proveitos Financeiros	1 070 711 €	1 030 908 €
Resultados Extraordinários	329 191 €	1 557 433 €
TOTAL GERADO	19 549 465 €	20 934 077 €
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO		
Trabalhadores e Corpos Gerentes	4 966 736 €	4 935 216 €
Fornecedores de Bens e serviços	6 714 110 €	7 332 313 €
Instituições Financeiras	34 426 €	17 895 €
Valor Económico Retido	6 619 772 €	7 131 169 €
Comunidade	1 214 421 €	1 517 485 €
TOTAL DISTRIBUÍDO	19 549 465 €	20 934 077 €
Fonte: Relatórios e contas de 2015 e 2016, Município de Arcos de Valdevez		

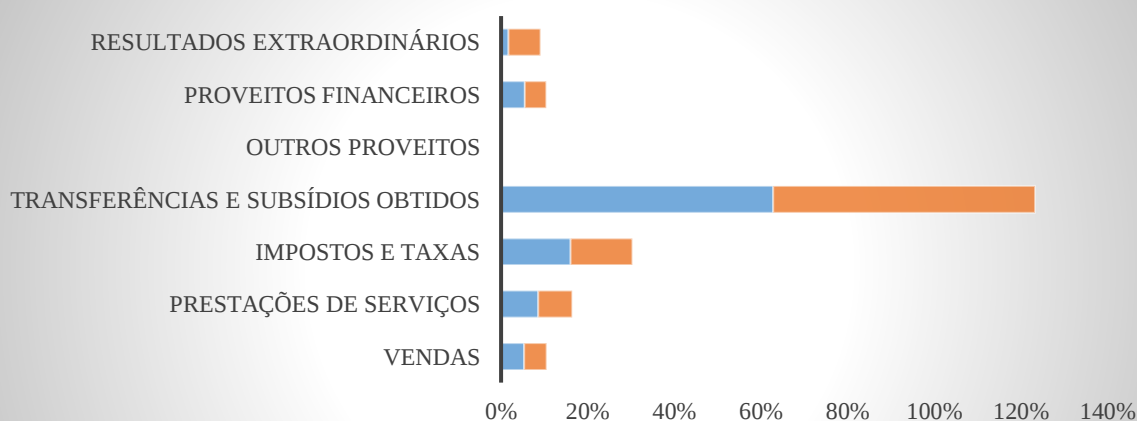
Distribuição de Valor



	Trabalhadores e Corpos Gerentes	Fornecedores de Bens e serviços	Instituições Financeiras	Valor Económico Retido	Comunidade
2015	25%	34%	0%	34%	6%
2016	24%	35%	0%	34%	7%

A distribuição do valor económico, nos dois últimos exercícios em análise, dividiu-se essencialmente, entre os trabalhadores e corpos gerentes, fornecedores de bens e serviços e valor económico retido. No entanto, em 2016, assistiu-se a um acréscimo do valor relativo da distribuição de valor económico a fornecedores de bens e serviços e do valor económico retido.

Obtenção de Valor



As transferências e subsídios obtidos são a principal fonte de obtenção de valor, representando 60% do total. Representando as rubricas de vendas e prestações de serviços e os impostos e taxas, cerca de 30% do total.

EC3 - Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização

Para os colaboradores pertencentes ao quadro de Pessoal, no período em análise, ocorreu uma alteração legislativa, em março de 2006 (ao abrigo do D.L. 55/2006 de 15/03 - com efeitos a partir de 01-01-2006). Desta forma, para os colaboradores admitidos até ao final de 2005, os descontos relativos ao plano de benefícios eram efetuados para a Caixa Geral de Aposentações e para a ADSE (em regime obrigatório). Neste caso o regime de descontos mantém-se ainda em vigor. Para os colaboradores admitidos a partir de 2006, os descontos passam a ser efetuados para a Segurança Social (com taxas distintas do regime geral) e os descontos para a ADSE revestem um carácter facultativo.

Os colaboradores com contrato individual de trabalho e a termo certo, apresentam o plano de benefícios do regime geral e descontam para a Segurança Social.

Todas as obrigações referentes aos planos de benefícios se encontram regularizadas.

EC4 - Apoio financeiro significativo recebido do governo

Como seria expectável, por ser um Município, as transferências do Orçamento de Estado e os subsídios obtidos, representam uma percentagem significativa do total de proveitos. Assiste-se, todavia, a um decréscimo desse peso no ultimo exercício económico face ao ano transato.

	2015	2016
Transferências e Subsídios Obtidos	12 285 084 €	12 639 297 €
% do Total de Proveitos	56%	48%

Fonte: Relatórios e contas de 2015 e 2016, Município de Arcos de Valdevez

4.1.2. Presença no Mercado

EC5 - Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes

O rácio entre o salário mais baixo praticado pelo Município de Arcos de Valdevez e o salário mínimo local, entre 2015 e 2016, manteve-se inalterado nos dois últimos exercícios, assistindo-se a uma convergência, ditada pela estratégia nacional de subida do valor do salário mínimo.

	2015	2016
Salário mais Baixo (1)	505 €	530 €
Salário Mínimo (2)	505 €	530 €
(1)/(2)	100%	100%

EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes

De acordo com a lei, o Município de Arcos de Valdevez, sempre que pretende aumentar o seu quadro de pessoal, publica-o em anúncio e rege-se pelas regras de contratação pública. A proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, no período em análise, situou-se nos 80%, ou seja, todos os cargos de gestão de topo foram ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local.

	2015	2016
Indivíduos da Comunidade local em cargos de topo (1)	4	4
Quantidade de cargos de topo (2)	5	5
(1)/(2)	80%	80%

4.1.3. Impactes Económicos Indiretos

EC8 - Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

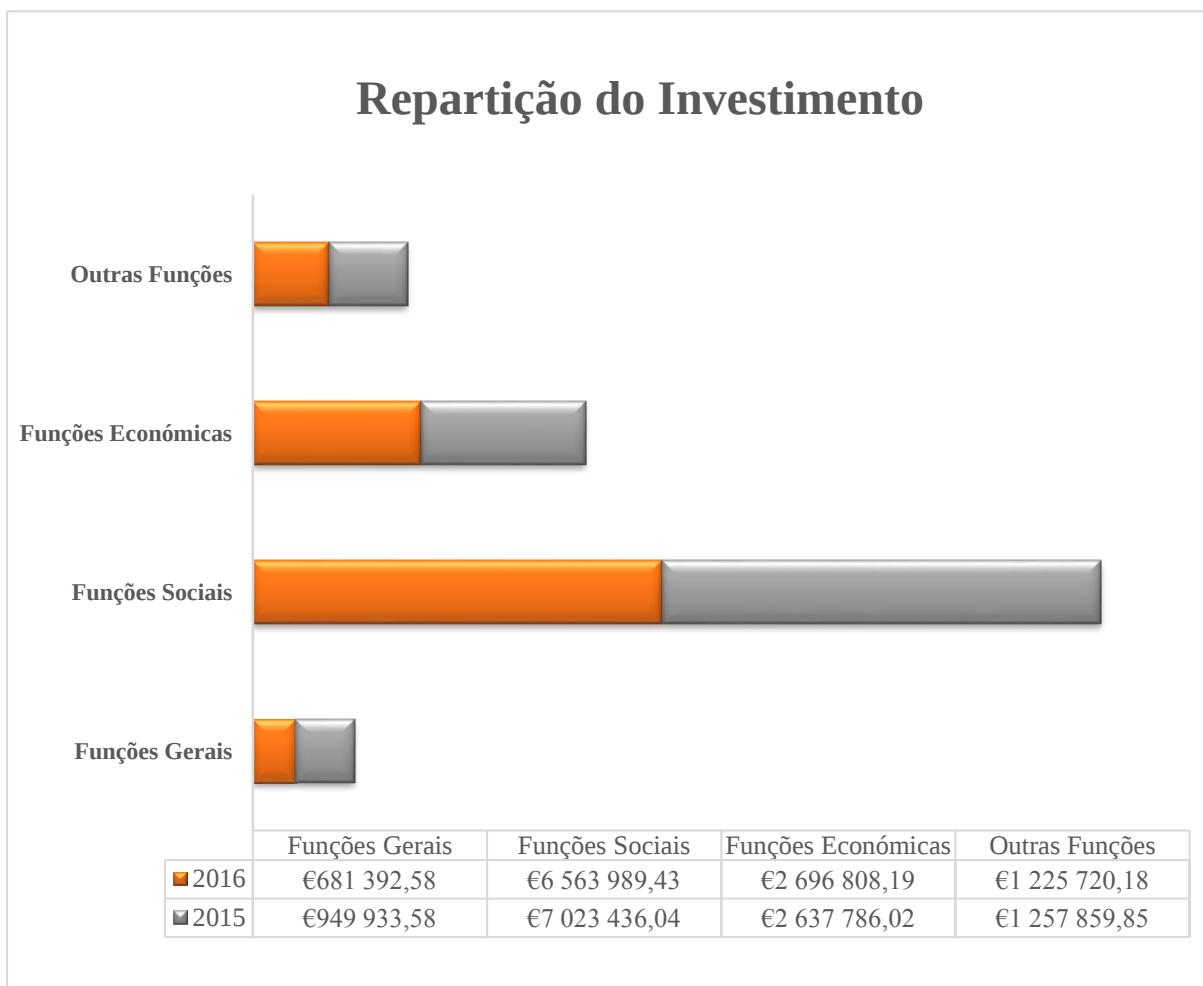
REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Nota metodológica: para efeitos de classificação das áreas de Investimento, foi utilizado o Classificador Funcional das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro. Algumas rubricas foram agregadas, para uma leitura mais fácil, tendo em consideração a sua importância relativa.

Código	Classificação Funcional	2015	2016
1	Funções Gerais	949 933,58 €	681 392,58 €
11	Serviços Gerais da Administração Pública	593 557,22 €	366 847,27 €
12	Segurança e Ordem Públicas	356 376,36 €	314 545,31 €
2	Funções Sociais	7 023 436,04 €	6 563 989,43 €
21	Educação	1 073 237,78 €	1 650 635,08 €
23	Ação Social	360 367,76 €	352 080,35 €
24	Habitação e Serviços Coletivos	2 381 496,59 €	2 328 144,04 €
241	Habitação	16 486,19 €	57 423,33 €
242	Ordenamento do Território	321 380,42 €	138 275,73 €
243	Saneamento	416 803,89 €	852 520,22 €
244	Abastecimento de Água	1 421 180,48 €	1 035 198,21 €
245	Resíduos Sólidos	186 949,61 €	216 682,55 €
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	18 696,00 €	28 044,00 €
25	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3 208 333,91 €	2 233 129,96 €
251	Cultura	2 058 304,76 €	923 663,96 €
252	Desporto Recreio e Lazer	1 031 029,15 €	1 092 966,00 €
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	119 000,00 €	216 500,00 €
3	Funções Económicas	2 637 786,02 €	2 696 808,19 €
31	Agricultura, Pecuária, Silvicultura	- €	37 099,96 €
32	Indústria e Energia	1 630 829,84 €	1 051 722,29 €
33	Transporte e Comunicações	419 369,17 €	959 905,97 €
34	Comércio e Turismo	305 895,06 €	258 017,97 €
35	Outras Funções Económicas	281 691,95 €	390 062,00 €
4	Outras Funções	1 257 859,85 €	1 225 720,18 €
41	Transferências para as Juntas de Freguesia	1 257 859,85 €	1 225 720,18 €
TOTAL		11 869 015,49 €	11 167 910,38 €

O investimento em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, totalizaram em 2015 cerca de 11,9 milhões de euros e em 2016 cerca de 11,2 milhões de euros. Totalizando as funções sociais nos últimos dois exercícios 60% do investimento total, as funções económicas 23%, as outras funções 11% e as funções gerais, 8%.

Ao nível das funções sociais, as áreas que mais verbas absorvem são a educação, o abastecimento de água e saneamento e os serviços culturais, desportivos e recreativos. Ao nível das funções económicas, as áreas que mais verbas absorvem são a indústria e energia, transportes e comunicação e o comércio e turismo. Seguindo-se nas outras funções, as verbas transferidas para as juntas de freguesia e nas funções gerais as verbas destinadas aos serviços gerais e administração central.



4.1.4. Recomendações ao Desempenho Económico e Financeiro

Da análise dos indicadores económico e financeiros abaixo descritos, podemos concluir que a Autarquia apresenta uma situação económica e financeira equilibrada e estável nos últimos dois anos em análise, em todos os indicadores, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e melhoria da eficiência.

INDICADORES FINANCEIROS	2015	2016
1. Liquidez	3,50	3,80
2. Endividamento	7,09%	5,96%
3. Grau de Dependência dos Empréstimos MLP	6,09%	5,01%
4. Autonomia Financeira	54,08%	56,93%
5. Solvabilidade	1,18	1,32

Em 2016, o Indicador de Liquidez obteve o melhor resultado dos últimos anos, 3,80 refletindo uma disponibilidade de tesouraria positiva com a cobertura dos compromissos de curto prazo em dívida.

Relativamente à estrutura do passivo, verifica-se através do Indicador de Endividamento (5,01%), uma descida do endividamento municipal nos dois anos em análise, que resulta de uma redução do seu passivo exigível e por conseguinte, uma menor dependência da Autarquia face à dívida a pagar a Médio e Longo Prazo.

Através do Indicador de Autonomia Financeira, podemos também concluir que a Autarquia apresenta um grau de dependência de financiamento externo, na ordem dos 43%, pelo que a Autarquia tem capacidade para financiar mais de metade (57%) do seu ativo com recurso a fundos próprios.

Por fim, o grau de solvabilidade de 1,32 demonstra a capacidade da Autarquia em solver todos os seus compromissos para com os seus credores a curto e médio e longo prazo, e um Prazo Médio de Pagamentos de 25 dias em 2016.

4.2. Indicadores de Desempenho Ambiental

O conjunto de indicadores que definem a dimensão ambiental da sustentabilidade, sinalizam os impactos nos ecossistemas provocados, pelos consumos como por exemplo os de água energia, combustíveis e outros materiais, e pelos processos como por exemplo o processamento dos resíduos sólidos urbanos, o tratamento de efluentes e as emissões que lhe estão associadas no decurso do normal funcionamento da Câmara Municipal. Estes indicadores incluem ainda o desempenho ambiental nomeadamente na preservação dos valores naturais presentes no município, com particular relevância para o Parque Nacional da Peneda Gerês, a Reserva da Biosfera e a Rede Natura. As principais funções e responsabilidades ambientais estão distribuídas da seguinte forma na estrutura da Autarquia:

Divisão de Ambiente e Serviços de Gestão – que assegura o planeamento e execução da atividade da câmara nas áreas do abastecimento de água e tratamento de águas residuais, energia, resíduos sólidos urbanos, espaços verdes, varredura urbana, Divisão de urbanismo – que assegura o planeamento e execução da atividade do urbanismo e gestão do território.

4.2.1. Materiais

EN1 - Materiais utilizados, por peso ou por volume

De seguida os materiais consumidos nas diferentes instalações e processos da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez entre os anos de 2015 e 2016.

No âmbito deste trabalho foram considerados na avaliação os seguintes materiais: papel, tinteiros, toners e produtos de limpeza. Outros materiais consumidos pela autarquia não estão referenciados por não serem significativos no âmbito do relatório, ou por não existirem dados para a sua inclusão.

Os consumos de papel não têm registado variações significativas ao longo dos últimos anos que se mantém em grande medida pela diminuição da documentação em papel que foi substituída pela gestão documental digital. As diferenças de 2015 para 2016 devem-se às datas das aquisições e não a uma diferença significativa no consumo.



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VLADEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Assim temos:

2015

1200 Resmas de papel A4

40 Resmas de papel A3

2016

900 Resmas de papel A4

35 Resmas de papel A3

EN2 - Percentagem de materiais utilizados, provenientes de reciclagem

Embora não existam normas específicas, os Serviços da Câmara Municipal fazem a reutilização interna do papel. O papel que é impresso e que depois perde a sua função principal é transformado em blocos de apontamentos ou é reimpresso no caso de só estar utilizado um lado da folha.

É efetuada a reciclagem de tinteiros e toners e os invólucros vazios são enviados para uma empresa que os recicla, não sendo essa reciclagem efetuada internamente.

4.2.2. Energia

EN3 - Consumo direto de energia por fonte de energia

Os consumos diretos de energia têm tido uma atenção especial do Município na medida em que tem custos significativos para a autarquia. O conjunto de medidas de racionalização começam a dar os seus frutos podendo verificar-se já uma redução, mesmo que ligeira, do gasóleo com repercussão na emissão de GEE's e enquadram-se na decisão da Câmara Municipal aderir e subscrever o "Pacto dos Autarcas" que tem como objetivo principal a redução voluntária de 20% das emissões de GEE's no Concelho face ao ano base de 2008.

Consumos Diretos		
	2015	2016
	GJ	GJ
Gasóleo	5 095,62	4 804,88
Gás Natural	5 082,29	5 877,28
TOTAL	10 177,90	10 682,15

EN4 - Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária.

Os consumos de energia elétrica são, na maioria das organizações, uma das principais despesas. Na Câmara Municipal de Arcos de Valdevez tal assume particular relevância pela significativa expansão e reforço da iluminação pública e pelo aumento do número de edifícios públicos que, entretanto, foram colocados em funcionamento nomeadamente o Paço de Guela, onde se desenvolvem atividades de índole cultural e recreativa. Acresce ainda que a expansão da rede de abastecimento público de água e saneamento em áreas declivosas implica a instalação de bombas de elevação que implicam novos pontos de consumo elétrico.

Por este motivo tivemos de 2015 para 2016 um acréscimo no consumo indireto de energia.

Consumos Indiretos				
	2015		2016	
	Kw	GJ	Kw	GJ
Eletricidade				
Edifícios Municipais	2 297 363	6 892,09	225 8879	6 776,64
Iluminação pública	3 516 350	10 549,05	4 398 502	13 195,51
TOTAL		17 441,14		19 972,14

EN6 - Iniciativas para aumentar a eficiência energética e utilizar energias renováveis

Existe por parte do Município uma política ativa assumida de redução dos consumos de energia apesar do aumento dos consumos indiretos já reportados. De facto, existe uma estratégia concertada conjuntamente com a Agência de Energia intermunicipal “Área alto Minho” de promoção da eficiência energética nos diferentes pontos de consumo com principal enfoque nos edifícios considerados “energívoros” e na iluminação pública. Desta forma a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez tem investido na substituição de lâmpadas de tecnologia diversa por lâmpadas com tecnologia “LED”, Utilização de energia renovável solar em alguns edifícios municipais, designadamente no aquecimento da água das Piscinas Municipais e de escolas e jardins-de-infância, Substituição de equipamentos ineficientes por equipamentos tecnologicamente mais eficientes como aconteceu no estádio Municipal e pavilhão municipal.

4.2.3. Água

EN8 - Consumo total de água, por fonte

O abastecimento de água ao Concelho Arcos de Valdevez é feito maioritariamente pela empresa Águas do Norte com 21 pontos de entrega em todo o concelho. No entanto existem ainda um conjunto de sistemas autónomos que garante o abastecimento a locais de baixa densidade populacional. Em 2016 são 30 os sistemas autónomos que irão ser reduzidos com o alargamento do sistema em Alta da empresa Águas do Norte ao atual sistema Sudoeste e às freguesias do Vale, São Jorge e Ermelo. Em sentido contrário está a execução de um sistema autónomo à freguesia de Cabana Maior.

Resumo de entradas no sistema em 2016:

ENTRADAS NOS DIVERSOS SISTEMAS 2016 (m3)			
Águas do Norte	996 886	Sistema sudoeste	191 463
		Sistemas autónomos	79 109
Total	996 886	Total Sist. Autónomos	270 572
	1 267 458		

EN9 - Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água

Para além da exploração normal de furos e da sua maior vulnerabilidade na época estival, não se conhecem recursos hídricos afetados negativamente pelo consumo de água.

EN10 - Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

Maioritariamente a água utilizada nos chafarizes e fonte luminosas tem sistemas de reutilização de água. Nos edifícios públicos prevê-se a implementação de sistemas de reciclagem para reduzir drasticamente o consumo de água potável. Mas não existem sistemas de reciclagem de água nos edifícios públicos. A rega de jardins públicos, rotundas e espaços desportivos é efetuada com água não tratada com origem em duas captações no Rio Vez e no Rio Ázere.

4.2.4. Biodiversidade

EN11 - Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas ou a elas adjacentes.

O concelho de Arcos de Valdevez engloba parcialmente quatro Áreas Classificadas que fazem parte da Rede Natura 2000: os Sítios de Importância Comunitária (SIC) da Peneda/Gerês, do Rio Lima, do Corno do Bico e a Zona de Proteção Especial (ZPE) da Serra do Gerês.

Sítios de Importância Comunitárias e Zona de Proteção Especial abrangidos pelo concelho de Arcos de Valdevez.

Sítio Peneda/Gerês (PTCON0001)

A paisagem do Sítio Peneda/Gerês, abrangido pelo concelho de Arcos de Valdevez, é dominada por matos, comunidades arbustivas geralmente de substituição, destacando-se os tojais e urzais-tojais, surgindo também as comunidades turfosas, típicas das montanhas do Noroeste de Portugal. No que respeita à fauna, destaca-se a presença de duas espécies prioritárias: o lobo (*Canis lupus*), com um dos principais núcleos populacionais nesta área e o lepidóptero (*Callimorpha quadripunctaria*), sendo este um dos poucos Sítios, para onde está dada a sua ocorrência. Dos 22 habitats naturais e seminaturais descritos para o Sítio Peneda/Gerês, apenas foram detetados 15 na área abrangida pelo concelho de Arcos de Valdevez, não abrangida pelo PNPG.

Rede Natura 2000	Área do Concelho Abrangido (ha)	% do Sítio /ZPE no concelho
Sítio Peneda/Gerês (PTCON0001)	19536	22
Sítio Rio Lima (PTCON0020)	1291	24
Sítio Corno Do Bico	457	1
ZPE Serra do Gerês (PTZPE0002)	16887	27

Sítio Rio Lima (PTCON0020)

O Sítio PTCON0020 (Rio Lima) abrange 1291 hectares do concelho de Arcos de Valdevez, estando 24% desta Área Classificada incluída neste município. O Sítio Rio Lima constitui um corredor ecológico, dominado pela paisagem heterogénea, bastante humanizada, caracterizada por uma dominância de espaços agrícolas alternando com pequenas áreas florestais fragmentadas. A bacia estudada abrange parte dos cursos de água do Ribeiro do Cabreiro, do Rio Vez, do Ribeiro da Parada, do Rio Ázere e do Rio Lima e a área envolvente.

Dos treze habitats naturais de interesse comunitário descritos para o Rio Lima, apenas dois foram confirmados em Arcos de Valdevez: Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) e

Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*. Esta ausência é justificada por grande parte dos habitats indicados ser característico de ecossistemas estuarinos, ecossistemas higrófilos e de ecossistemas de vegetação pioneira, não existindo os requisitos ecológicos para a sua presença.

Sítio Corno do Bico (PTCON0040)

O Sítio Corno do Bico apresenta como coberto vegetal uma extensa mancha florestal, onde predominam os carvalhais de *Quercus robur*, com uma elevada abundância de *Vaccinium myrtillus*, *Betula celtiberica* e *Ilex aquifolium*. Assinalam-se também a presença de lameiros de feno (6510) e de tojais mesófilos (4030).

Dos cinco habitats identificados para este Sítio, apenas um encontra-se ausente na área abrangida pelo concelho de Arco de Valdevez.

O único habitat que se encontra com o estatuto do grau de conservação “desfavorável” são os lameiros de feno, devido, fundamentalmente, ao abandono da agricultura, ao manejo descuidado, à plantação de árvores, à substituição por outras culturas agrícolas e ainda ao alargamento do período de pastoreio primaveril. Contudo, é aceitável uma regressão da área ocupada até 50%, dado que este habitat depende totalmente da intervenção humana – pastoreio e corte. Os amiais ripícolas, são um habitat prioritário, e que apresenta nesta área uma distribuição muito restrita, devido ao reduzido número de linhas de água, estando classificado, contudo, com o grau de conservação de “Favorável”. A presença de espécies exóticas, como *Acacia spp.* ou de *Eucalyptus spp.*, é um dos factores que contribui para a degradação deste habitat.



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VADEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

As charnecas secas são uma etapa subserial dos bosques caducifólios de *Quercus robur*, aceitando-se, por isso, a sua reconversão, até 50% da área ocupada, exclusivamente por progressão sucessional. Com exceção deste habitat, cujo objetivo de conservação é a manutenção do grau de conservação, para os restantes habitats pretende-se aumentar o grau de conservação, controlando e reduzindo o impacto dos fatores de ameaça. Os carvalhais de *Quercus robur* ocupam uma vasta área deste SIC, apresentando um subcoberto arbóreo e arbustivo diversificado e denso.

Para além destas quatro áreas classificadas temos ainda a destacar que uma parte significativa do concelho integra o Parque Nacional da Peneda Gerês, única área protegida com a chancela de Parque Nacional reconhecido pela IUCN - International Union for Conservation of Nature, bem como integra na sua totalidade a Reserva da Biosfera da Unesco Gerês/Xurês.

Parque Nacional da Peneda Gerês

Vasto anfiteatro esculpido por geologias, ventos e águas, o Parque Nacional estende-se do planalto de Castro Laboreiro ao da Mourela, abrangendo as serras da Peneda, do Soajo, Amarela e do Gerês. No concelho de Arcos de Valdevez tem quase 14.000 há distribuído pelas freguesias de soajo, Gavieira, Cabreiro, Gondoriz e Cabana Maior. A mata do Ramiscal constitui uma das três reservas integrais do Parque Nacional que são as áreas de maior grau de proteção pelos valores naturais que ainda encerram. Estas serranias que já foram solar do urso-pardo é onde o lobo *Canis lupus* vagueia num dos seus raros territórios de abrigo. A águia-real *Aquila chrysaetos* pontifica no vasto cortejo das aves. Micromamíferos vários, como a toupeira-de-água *Galemys pyrenaicus*, diversidade de répteis e anfíbios e uma fauna ictiológica (i.e. de peixes) que inclui a truta-do-rio *Salmo trutta* e o salmão enriquecem o quadro zoológico.

Reserva da Biosfera Gerês/Xurés

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX) foi declarada em 27 de maio de 2009, pela UNESCO, e está localizada na Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) e na Região Norte de Portugal. Abrange uma área total de 267.958 ha. distribuídos por duas áreas protegidas, divididas por uma fronteira, mas unidas pelo continuo natural e pela cultura e engloba a totalidade do território de Arcos de Valdevez. Mais do que uma designação, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés pretende ser o reconhecimento da necessidade de um esforço comum e coordenado de salvaguarda dos valores de flora, fauna e paisagem que as duas áreas protegidas partilham, promovendo o desenvolvimento económico sustentável, a participação ativa dos agentes sociais do território e uma relação equilibrada entre as populações



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VADEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

e a Natureza e é por isso mais uma responsabilidade que recai sobre o município de Arcos de Valdevez.

Parque Nacional da Peneda Gerês

Vasto anfiteatro esculpido por geologias, ventos e águas, o Parque Nacional estende-se do planalto de Castro Laboreiro ao da Mourela, abrangendo as serras da Peneda, do Soajo, Amarela e do Gerês. No concelho de Arcos de Valdevez tem quase 14.000 ha distribuído pelas freguesias de Soajo, Gavieira, Cabreiro, Gondoriz e Cabana Maior. A mata do Ramiscal, em Arcos de Valdevez, constitui uma das três reservas integrais do Parque Nacional que são as áreas de maior grau de proteção pelos valores naturais que ainda encerram. Estas serranias que já foram solar do urso-pardo é onde o lobo *Canis lupus* vagueia num dos seus raros territórios de abrigo. A águia-real *Aquila chrysaetos* pontifica no vasto cortejo das aves. Micromamíferos vários, como a toupeira-de-água *Galemys pyrenaicus*, diversidade de répteis e anfíbios e uma fauna ictiológica (i.e. de peixes) que inclui a truta-do-rio *Salmo trutta* e o salmão enriquecem o quadro zoológico.

Reserva da Biosfera Gerês/Xurés

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX) foi declarada em 27 de maio de 2009, pela UNESCO, e está localizada na Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) e na Região Norte de Portugal. Abrange uma área total de 267.958 ha. distribuídos por duas áreas protegidas, divididas por uma fronteira, mas unidas pelo continuo natural e pela cultura e engloba a totalidade do território de Arcos de Valdevez. Mais do que uma designação, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés pretende ser o reconhecimento da necessidade de um esforço comum e coordenado de salvaguarda dos valores de flora, fauna e paisagem que as duas áreas protegidas partilham, promovendo o desenvolvimento económico sustentável, a participação ativa dos agentes sociais do território e uma relação equilibrada entre as populações e a Natureza.

EN12 - Descrição dos impactes significativos de atividade, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

O Município de Arcos de Valdevez tem uma particular atenção pela preservação ambiental e definiu como uma das âncoras do seu desenvolvimento a promoção dos seus vastos recursos naturais. Assim sendo quer dentro das áreas protegidas quer fora dela apenas podemos identificar com impacto significativo o número elevado de incêndios florestais que tem assolado o Alto Minho a que não escapa o Concelho de Arcos de Valdevez. Neste aspeto podemos considerar

como de particular significado o incêndio que em 2016 destruiu parte da reserva integral da mata do Ramiscal em pleno Parque Nacional da Peneda Gerês.

Contabilizando toda a área ardida, em 2016 temos 8472 ha de povoamentos e matos, sendo que a sua maioria foi dentro do Parque Nacional e que contrata com a área ardida em 2015 que foi de 1015 ha.

No que toca à responsabilidade da Câmara Municipal, esta tem desenvolvido um conjunto de atividades com vista a minimizar a destruição provocada pelos fogos florestais, designadamente pela implementação de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e pelo forte investimento nas ações de prevenção, nomeadamente pela melhoria de 70 km de rede viária florestal, pela implementação no terreno da rede primária florestal e pelo financiamento de 5 brigadas de Sapadores Florestais.

4.2.5. Emissões, Efluentes e Resíduos

EN16 - Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa (GEE), por peso

Desde há muito que os assuntos relacionados com o Ambiente e com a Energia são considerados, pelo Município de Arcos de Valdevez como uma prioridade. Não obstante, no que concerne à Energia e apesar de muito já ter sido feito neste domínio, só mais recentemente foi possível definir uma estratégia de atuação integrada e concertada, norteadas por um diagnóstico rigoroso, que versasse, única e exclusivamente, a causa energética e almejasse a diminuição do consumo energético concelhio e o aumento quer da eficiência energética quer do aproveitamento dos recursos energéticos renováveis endógenos com as devidas repercussões em matéria de combate às alterações climáticas.

Por integrar um conjunto de informação quantitativa, quer relativa ao consumo energético quer às respetivas emissões de CO₂ associadas, desagregada por vetor energético e por categoria de consumo, o inventário de emissões permite, por um lado, identificar a natureza das entidades emissoras de CO₂ e, por outro, adequar ao território de Arcos de Valdevez uma estratégia de atuação em prol da melhoria do respetivo desempenho energético-ambiental. No futuro o inventário de emissões será um instrumento de fulcral importância para a avaliação da eficácia das medidas entretanto adotadas. De seguida apresentam-se os principais indicadores relativos às emissões de GEE's avaliados no Concelho de Arcos de Valdevez:

Eletricidade

Consumo de energia final e emissões de CO₂ a este associado, referentes ao vetor energético ‘energia elétrica’, desagregados por categoria.

Categoria	Consumo de energia final (MWh)	Emissões de CO₂ (t)
Edifícios e equipamentos/instalações municipais	2 345,87	865,63
Edifícios e equipamentos (não municipais) terciários	15 755,85	5 813,91
Edifícios residenciais	22 142,88	8 170,72
Iluminação pública municipal	4 012,73	1 480,70
Indústria	22 858,32	8 434,72
Transportes	0,00	0,00

Gás natural

Consumo de energia final e emissões de CO₂ a este associado, referentes ao vetor energético ‘gás natural’, desagregados por categoria.

Categoria	Consumo de energia final (MWh)	Emissões de CO₂ (t)
Edifícios e equipamentos/instalações municipais	1.395,27	281,84

Petróleo e respetivos derivados

Consumo de energia final e emissões de CO₂ a este associado, referentes ao vetor energético ‘gás natural’, desagregados por categoria.

Categoria	Consumo de energia final (MWh)	Emissões de CO2 (t)
Edifícios e equipamentos/instalações municipais	544,47	143,62
Edifícios e equipamentos (não municipais) terciários	11.119,47	2.812,76
Edifícios residenciais	9.275,02	2.103,97
Iluminação pública municipal	0,00	0,00
Indústria	1.443,99	327,56
Transportes	77.809,03	20.515,43

Energias Renováveis

Consumo de energia final e emissões de CO2 a estas associadas, referentes ao vetor energético ‘biocombustíveis’, desagregados por categoria.

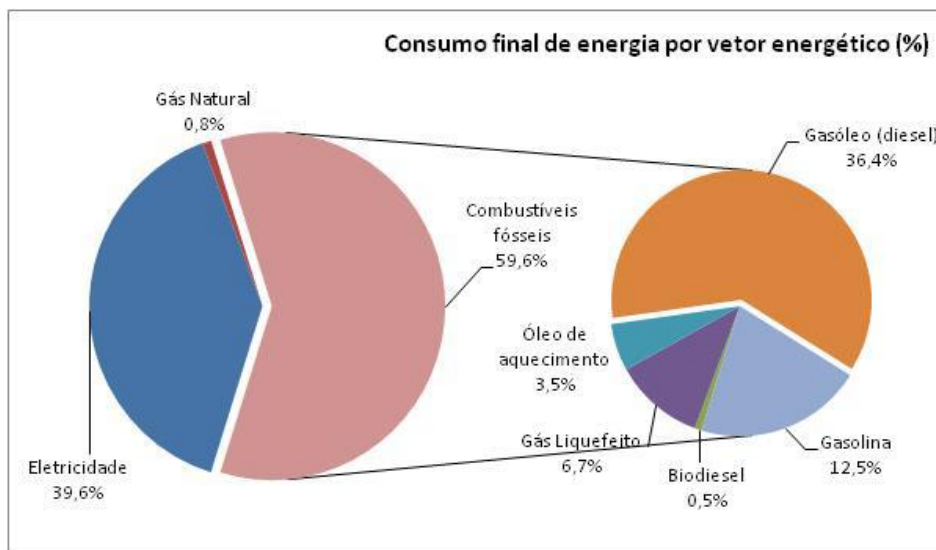
Categoria	Consumo de energia final (MWh)	Emissões de CO2 (t)
Edifícios e equipamentos (não municipais) terciários	5.430,00	0,00
Transportes	850,28	0,00

Balanço Global

Consumo de energia final e emissões de CO₂ a estas associadas, referentes à totalidade dos vetores energéticos, desagregados por categoria.

Categoria	Consumo de energia final (MWh)	Emissões de CO ₂ (t)
Edifícios e equipamentos/instalações municipais	4.285,60	1.291,09
Edifícios e equipamentos (não municipais) terciários	26.880,76	8.756,23
Edifícios residenciais	31.417,90	10.274,69
Iluminação pública municipal	4.012,73	1480,70
Indústria	24.302,30	8.762,28
Subtotal	90.899,29	30.564,98
Frota automóvel municipal	2.028,84	540,90
Transportes públicos		
Transportes privados e comerciais	76.630,48	19.855,04
Subtotal	78.659,32	20.395,94
TOTAL	169.529,77	50.960,92

Desagregação do consumo final de energia em Arcos de Valdevez, por vetor energético (Pacto do Autarcas):



EN21 - Descarga total de água, por qualidade e destino

A água residual do município de Arcos de Valdevez tem como principal fonte de tratamento a ETAR da empresa Águas do Norte para onde são conduzidos os efluentes domésticos da Zona urbana da Vila de Arcos de Valdevez.

Para além desta ETAR, exis tem mais 6 ETAR's de pequena dimensão que são geridas diretamente pelo município de Arcos de Valdevez.

Os últimos dados validados pela ERSAR pontam para os seguintes indicadores:

- Alojamentos servidos: 5 771
- Volume tratado de águas residuais: 451.489 m³/ano
- Volumes rejeitados médios por habitante: 253.1 l/hab/dia

EN22 - Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação

A gestão dos resíduos produzidos diretamente pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez é, tal como acontece com os resíduos dos habitantes do Concelho, da responsabilidade da *A RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.*, criada pelo D.L. n.º 114/96, de 5 de agosto, alterado pelo D.L. n.º 101/2014, de 2 de julho, que é a concessionária do Sistema Multimunicipal (SMM) de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado, que abrange os municípios de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo e tem como principal missão a recolha seletiva, a sensibilização ambiental e o depósito em aterro de resíduos sólidos urbanos (RSU).

A Câmara de Arcos de Valdevez tem contratualizado com a RESULIMA, para além da recolha seletiva e gestão de RSU, a gestão de monos, pneus e sucatas e a gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

Os últimos dados validados pela ERSAR pontam para os seguintes indicadores:

- Alojamentos servidos: 6 484
- RSU's recolhidos anualmente: 7 293 t/ano
- Recolha Seletiva: 768 t/ano
- Produção média diária por habitante: 0,9 kg



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

- Ecopontos: 124
- Ecocentros: 1
- Viaturas de recolha: 6

EN23 - Número e volume total de derrames significativos

Não foram identificados derrames significativos quer mereçam uma quantificação e avaliação.

4.2.6. Produtos e Serviços

EN26 - Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços, assim como o grau de redução de impacte

Câmara Municipal da Arcos de Valdevez tem na sua atividade diária uma preocupação constante com o ambiente. É por isso que tem levado a cabo um conjunto de iniciativas, de que destacamos as relacionadas com a eficiência energética ao nível dos edifícios públicos da iluminação pública, promovendo a racionalização dos consumos por via da utilização de lâmpadas de baixo consumo e incentivo à alteração de padrão de consumo nos edifícios públicos.

O aprofundamento da gestão eletrónica documental por via eletrónica veio também introduzir melhorias ao nível de consumos de consumíveis.

De destacar ainda a telegestão do sistema de abastecimento de água e da automatização do sistema de tratamento que veio permitir diminuir as deslocações dos colaboradores aos equipamentos e desta forma diminuir os consumos de combustíveis e poupar na manutenção de viaturas adstritas a este serviço.

4.2.7. Recomendações ao Desempenho Ambiental

Considerando a melhoria continua ao nível ambiental a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez tem assumido um conjunto de linhas de atuação que abrangem um conjunto vasto de áreas impactantes do ponto de vista ambiental:

Desde logo a aposta no reforço da área abrangida no concelho pela recolha e tratamento de água residuais como forma de diminuir o número de efluentes domésticos que chegam ao meio hídrico sem tratamento.



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

O reforço do número de ecopontos e da sensibilização para a reciclagem, bem como a melhoria da acessibilidade aos pontos de recolha de resíduos indiferenciados e a sensibilização para a combustagem como forma de reduzir a chegada a aterro de matéria orgânica.

A implementação de estruturas físicas que promovam o turismo ambiental como sejam as ecovias, trilhos pedestres, o museu de água ao ar livre do rio vez, o centro de biodiversidade de Sistelo a Porta do Mezio na entrada do Parque nacional da Peneda Gerês, entre outras.

A participação ativa no projeto Eco-escolas e a realização de um conjunto de iniciativas de sensibilização e educação ambiental dinamizadas ao longo do ano pelo Município e pela Porta do Mezio,

A aposta na implementação de medidas de eficiência energética quer seja na rede pública de iluminação quer seja no edifício da responsabilidade do município,

A aposta na mobilidade elétrica com a introdução na frota municipal de viaturas elétricas e equipamentos elétricos.

Finalmente a aposta na sensibilização para a floresta e a execução de medidas de prevenção dos fogos florestais, área na qual o município tem feito um forte investimento e a que pretende dar continuidade no futuro.

4.3. Indicadores de Desempenho Social

No âmbito das suas competências e no que concerne ao seu desempenho, a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez encontra-se vinculada aos seus trabalhadores, isto é, o “valor humano” no sentido coletivo da responsabilidade, integridade, compromisso e a excelência do profissionalismo de todos os que trabalham na organização são absolutamente indispensáveis para a execução das linhas orientadoras prosseguindo as estratégias adotadas, tendo em conta a sua missão e a visão futura do organismo.

Obedecendo às suas obrigações e tendo em conta o estabelecido na lei, a Câmara Municipal também procede a elaboração nos termos do disposto no D. L. nº 190/96, de 9 de outubro, diploma que regulamenta a elaboração do Balanço Social na Administração Pública.

Pois constitui um importante instrumento de apoio à gestão dos recursos humanos de qualquer organização, na medida que, permite caracterizá-la socialmente, reconhecendo os seus pontos fortes e os seus pontos fracos.

A Câmara Municipal embora sendo um órgão executivo colegial, rege-se pelas regras da República Portuguesa, o mesmo será dizer, guia-se pela legislação aplicável à Função Pública, pelo que, impõe tramites legais a seguir.

4.3.1. Emprego

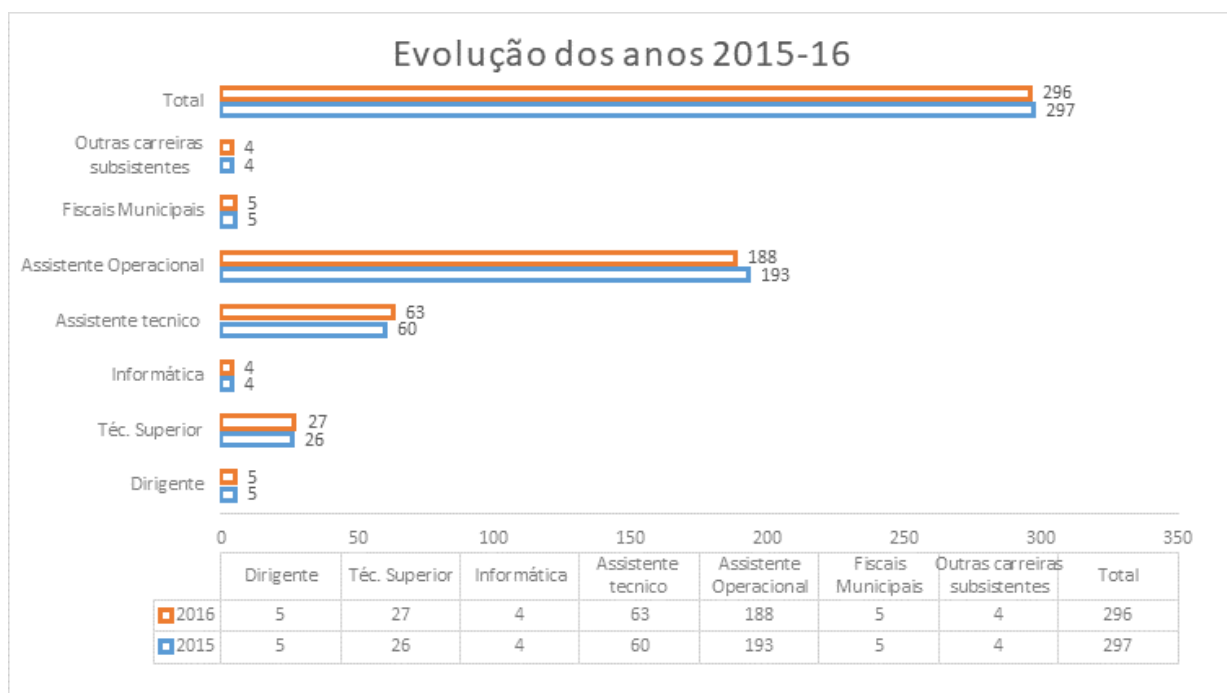
LA1 - Mão-de-Obra Total, por Tipo de Emprego e por Contrato

LA2 – Número Total de Trabalhadores e respetiva Taxa de Rotatividade por Faixa Etária e Género

Em 31 de Dezembro de 2016, o Município de Arcos de Valdevez contava com 296 trabalhadores efetivos, isto é, Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

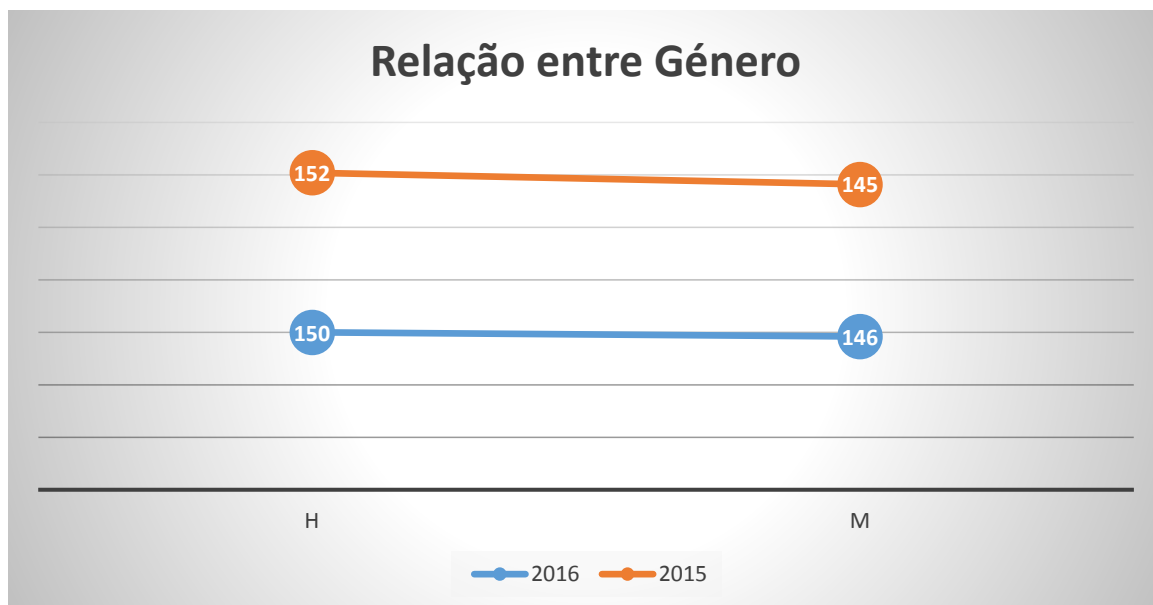
Realça-se que destes 296 efetivos, 95 foram integrados através do contrato de execução em matéria de educação, o que equivale a (32%) do total dos trabalhadores.

Sendo que, 5 destes encontram-se em regime de nomeação do LTFPTI, que são os dirigentes intermédios de 2º Grau.



Em comparação com o ano de 2015, continuou a existir uma redução de efetivos, em cerca de (1,7%), o que equivalente a 5 elementos. Sendo que 2 destes elementos não foram por saídas definitivas, mas sim, 1 por mobilidade interna e outro por licença sem remuneração.

Em relação a taxa de empregabilidade feminina durante o ano de 2016, manteve-se a mesma em relação há verificado no ano anterior que foi de 49%, embora tenha havido um decréscimo de elementos. Assim o número total de mulheres nos efetivos foi de 145 elementos e o número total de homens foi de 152 elementos.

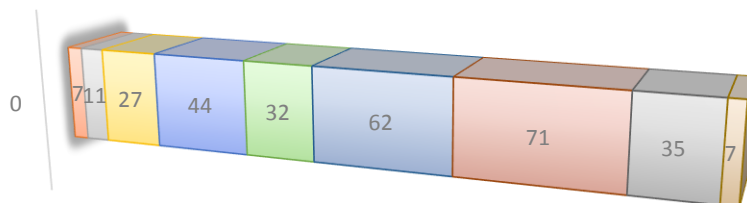


A Nível dos escalões etários, comprova-se a hegemonia do intervalo compreendido entre os 50 e os 54 anos.

Fazem parte deste escalão etário 79 elementos, o que corresponde a 26,59 um pouco inferior há existente no ano anterior que era de 28,10% do pessoal, sendo na carreira de assistente operacional, que esta faixa etária é a mais representativa.

Escalões Etários

- De 25 a 29 anos
- De 30 a 34 anos
- De 35 a 39 anos
- De 40 a 44 anos
- De 45 a 49 anos
- De 50 a 54 anos
- De 55 a 59 anos
- De 60 a 64 anos
- De 65 a 69 anos



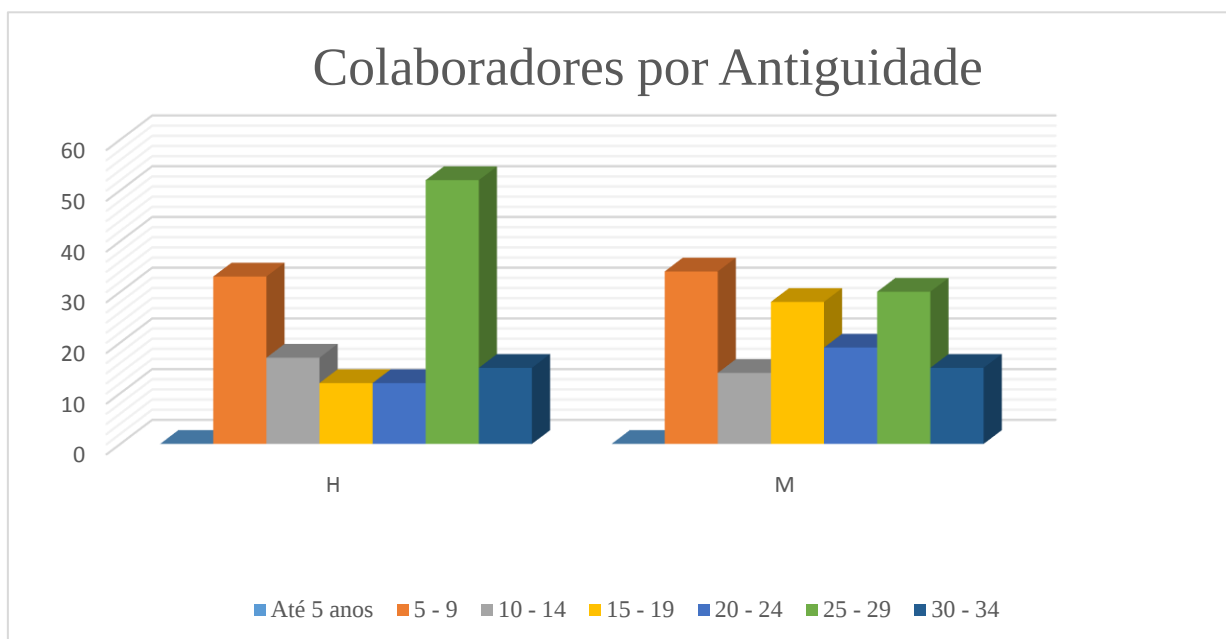
Analisando o escalão etário anterior com base na divisão por sexo, verifica-se que o número de mulheres e de homens variam entre os 30 e os 49 elementos respetivamente.

Importa ainda referir que é o escalão etário onde existente maior concentração feminina.

Da análise global verifica-se que 37,09% dos funcionários em exercício de funções neste órgão possuem menos de 50 anos, isto é, têm idades compreendidas entre os 18 anos e os 49 anos, e que em relação ao ano anterior houve uma enorme em cerca de 10 pontos percentuais, englobando um total de 125 elementos, houve uma diminuição de 17 elementos neste escalão etário, em relação ao ano anterior que era de 143.

Podemos também ver uma analogia entre os escalões etários e a antiguidade dos trabalhadores da CMAV, atendendo que, 194 trabalhadores, o equivalente a 65,32%, detêm antiguidade superior a 15 anos, sendo de assinalar que, a antiguidade de 32 destes funcionários, é superior a 30 anos de serviço.

Nos intervalos compreendidos entre os 15 e os 19 anos e os 20 e 24 de antiguidade existem 72 funcionários o que corresponde a 24% da totalidade dos trabalhadores, o que significa que, em termos percentuais, quase um terço dos trabalhadores encontra-se nestes dois intervalos. O grupo onde se verifica uma maior concentração é no intervalo entre 25 e 29 anos com uma concentração de 90 pessoas o que equivale a uma percentagem de 24,24% do total dos trabalhadores.



Contudo, as antiguidades cujo valor corresponde a menos de 15 anos, representam 34,68%, o equivalente a 103 total dos trabalhadores.

O nível médio de antiguidade, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, subiu 4 anos, para os 19 anos, em comparação com a registada no ano anterior que era de 15 anos.

LA3 - Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo Parcial

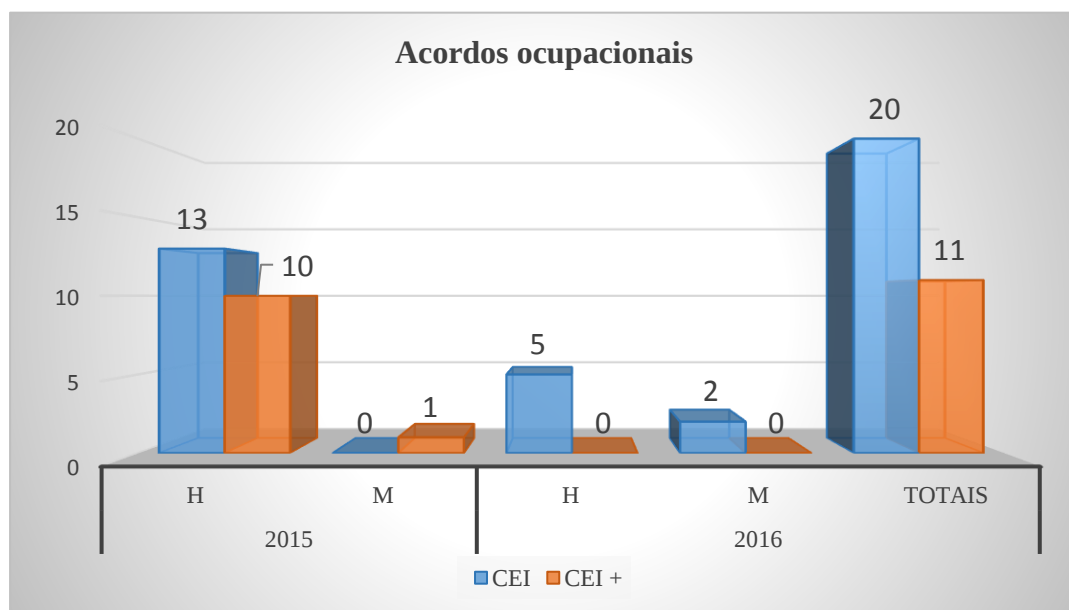
É por norma desta Câmara não haver distinção entre quaisquer colaboradores, quer seja, a tempo inteiro ou a tempo parcial.

4.3.2. Relação de Funcionários e Administração

LA4 – Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva

Em relação a este tipo de contratação, esta câmara não efetuou a contratação coletiva, durante os anos de 2015 e 2016.

No entanto, a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através da sua delegação existente neste Concelho, recorre a formalização de candidaturas, quer ao programa CEI – Contratos Emprego Inserção, destinado a pessoas que se encontram a receber subsidio de desemprego, e ao programa CEI+ - Contratos Emprego Inserção, destinado a pessoas que se encontram em situação de carência financeira, os chamados RSI.



4.3.3. Segurança e Saúde no Trabalho

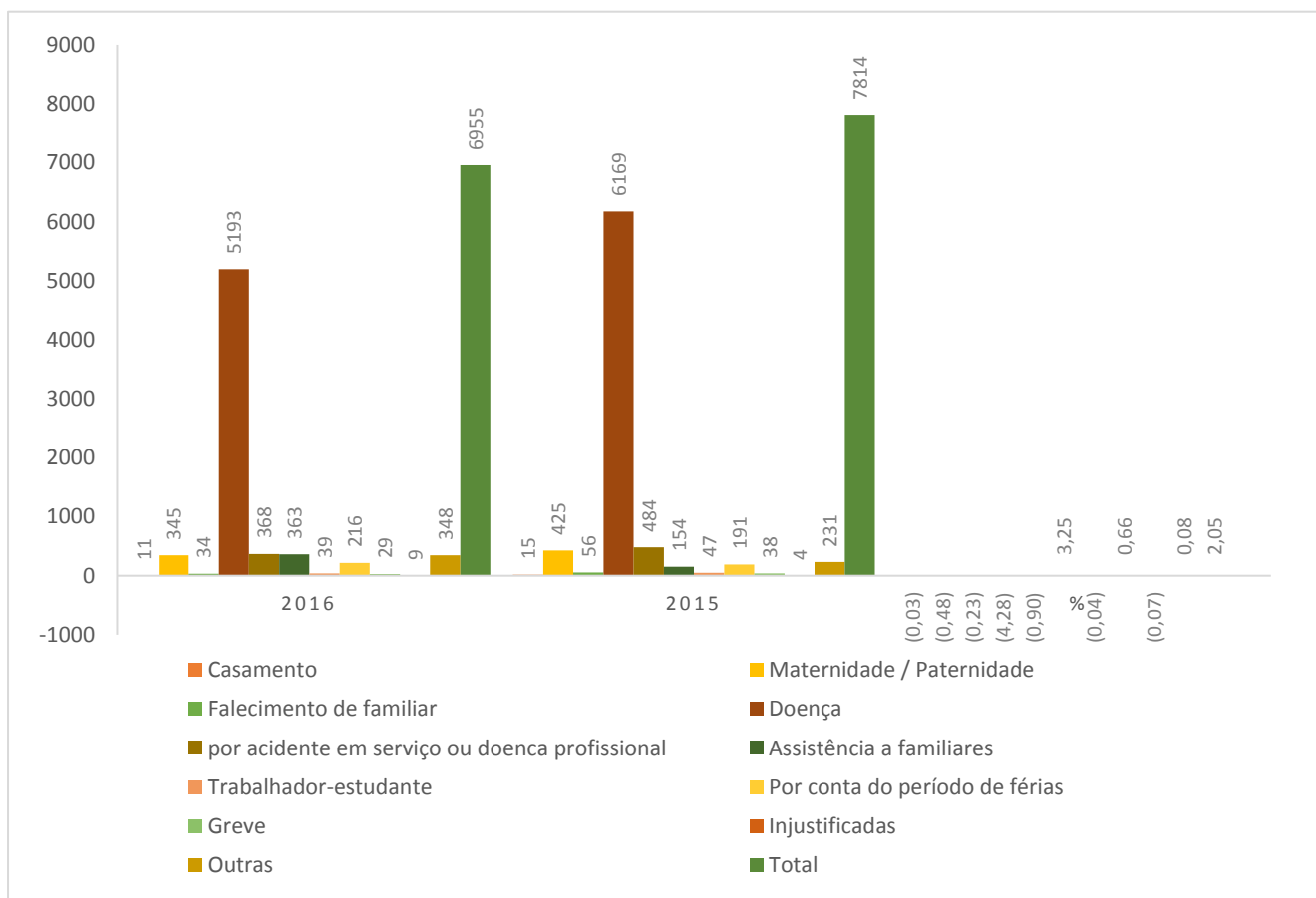
LA7 – Taxa de Lesões, Doenças Profissionais, Dias Perdidos, Absentismo e óbitos relacionados com o Trabalho

Sendo designado por absentismo os dias de ausência anuais, dados pelos trabalhadores que não executaram as suas respondentes tarefas.

No presente ano foram contabilizados 6955 dias de ausência ao trabalho, salienta-se que em relação ao ano anterior houve uma enorme diminuição em cerca de 863 dias. As ausências onde se registou uma maior concentração, foi nas ausências por doença, com 5193 dias, o que equivale dizer que este tipo de ausências ocupa 74,66% da totalidade das ausências registadas.

O segundo maior registo de ausências verificou-se nas ausências motivadas por acidente de trabalho que foi de 368, verificando-se uma enorme redução destas faltas em comparação com as registadas no ano anterior que era de 484.

A terceira maior ausência registou-se nas ausências dadas por assistência a familiares, com o total de 363 dias. A ausência por maternidade/paternidade atingiu o valor de 345 dias de ausência.



❖ Dias perdidos por acidentes de trabalho

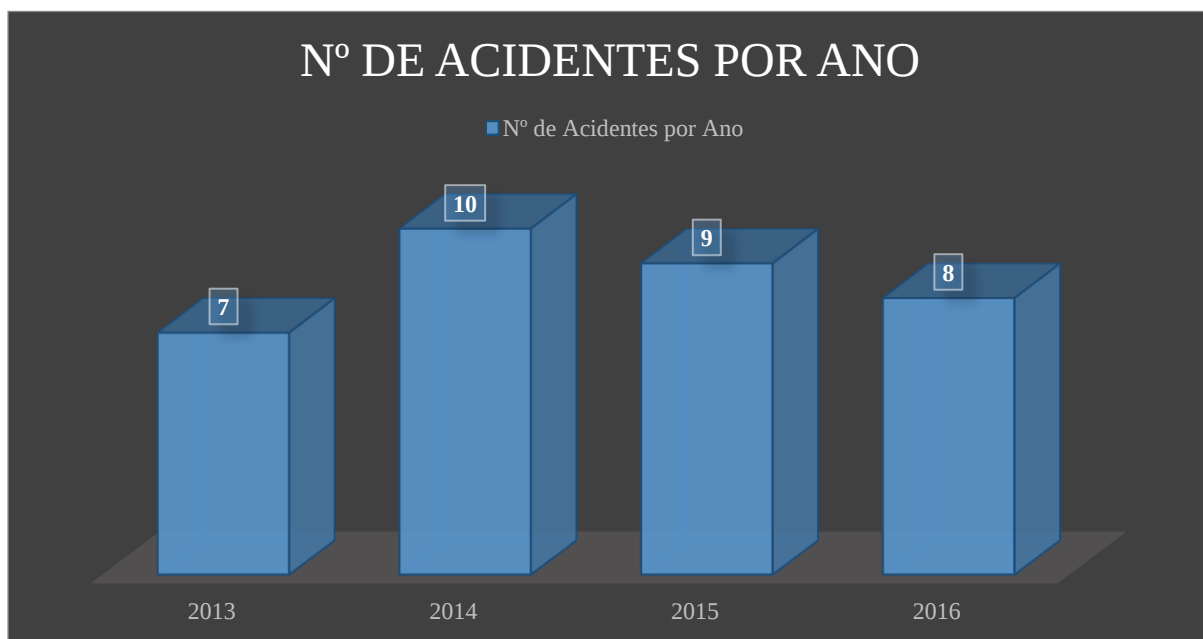
Neste item, e em relação ao ano de 2016 registaram-se 9 acidentes de trabalho, sendo 8 tidos como acidentes no local de trabalho e 1 como acidente in itinere.

É de salientar que em relação ao ano transato houve um ligeiro aumento deste registo, em cerca de 2 acidentes, em comparação ao ano de 2015.

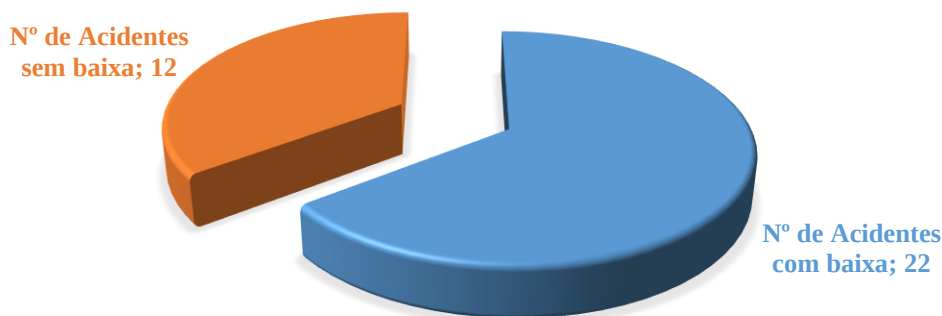
Contudo, e embora tivesse havido um numero superior de acidentes, o numero de dias de ausências registados devido a esta situação, diminui-o em cerca de 65 dias, em comparação com o registado efetuado no ano de 2015. Tendo em conta os acidentes e os dias de ausências que estes provocaram, foi em média de 37 dias por cada acidente. Por curiosidade, o maior número de acidentes ocorreu no género masculino com 5 acidentes.

❖ Acidentes de Trabalho

O nº de acidentes de trabalho subiu bastante em 2014, tendo estado a diminuir ligeiramente em 2015 e 2016. Verifica-se ainda que a maior parte dos acidentes de trabalho são com dias perdidos, ou seja, com baixa médica.



GRAVIDADE DOS ACIDENTES



❖ Medicina no trabalho

No ano 2015 foram realizadas obras para criar os gabinetes de medicina no trabalho no Edifício paços do Concelho, possibilitando que os trabalhadores façam as consulta e exames médicos nas instalações do município.

No ano 2016 e 2017 foram a consulta da medicina no trabalho 304 trabalhadores, sendo que foi período em que todos os trabalhadores fizeram exames médicos de aptidão para o trabalho. Com esta atividade o Município despendeu um total 14.617,05 €.

LA9 - Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos

❖ Saúde e Segurança no Trabalho

O Município de Arcos de Valdevez possui serviços internos de Segurança no Trabalho com dois técnicos afetos ao serviço.

Em 2016 foram realizadas, pelo Serviço de Higiene, Segurança e Saúde Ocupacional, 25 inspeções aos serviços municipais para verificação do cumprimento das regras de segurança no trabalho.

No ano 2016 foi distribuído equipamento de proteção individual (EPI) e fardamento a todos os trabalhadores, cuja atividade assim o justifica. O total de custos com EPI's e fardamento em 2016 foi de 29.208,69 €.

4.3.4. Formação e Educação

LA10 - Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções

LA11 - Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira

LA12 - Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira

O Município de Arcos de Valdevez aposta na formação e no desenvolvimento de competências dos seus colaboradores. O Plano de Formação é realizado de dois em dois anos e acompanha o processo do SIADAP – Sistema de Avaliação de Desempenho na Administração Pública.

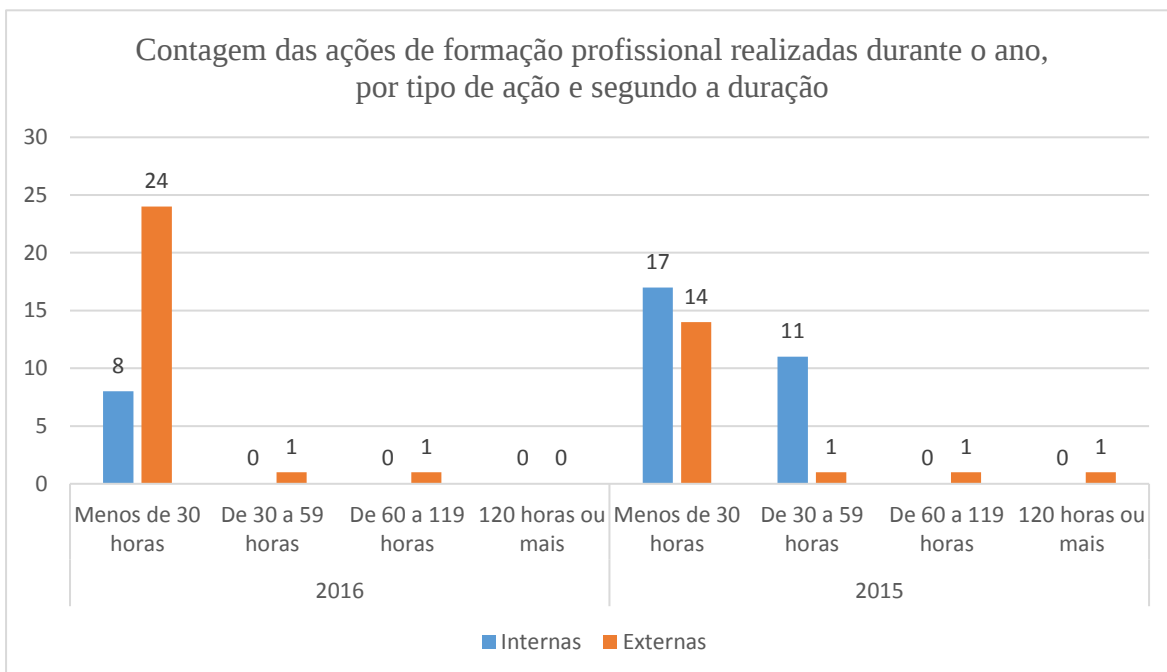
Aquando da avaliação do SIADAP compete aos Avaliadores, registar as necessidades de desenvolvimento de competências dos colaboradores. Caso seja oportuno os Avaliadores podem definir nesta fase os objetivos da formação e as metodologias para avaliar a sua eficácia. Compete ao Serviço de Recursos Humanos (SRH) fazer o levantamento das necessidades identificadas nas fichas de avaliação e validar da pertinência dessas, tendo em conta as funções desempenhadas por cada colaborador, e prioridades definidas pelo Município. Posteriormente, a SRH elabora uma proposta de Plano de Formação, a qual será analisada e validada pelo Executivo. Compete ao serviço coordenar a análise de propostas formativas disponibilizadas por entidades externas explorando o seu interesse para a melhoria das competências de algum colaborador, tendo presente o custo envolvido.

Compete ainda ao Serviço de Recursos Humanos elaborar o plano de formação que faz referência, pelo menos, ao seguinte: designação da necessidade de formação/competência, da ação de formação, n.º formandos previstos e os formandos a envolver.

O objetivo é proporcionar a todos os colaboradores o acesso a formação, no entanto é de considerar que por vezes é difícil encontrar formação específica em áreas adequadas ao pessoal operário.

❖ Contagem das ações de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo de ação e segundo a duração

No ano 2016, em comparação com o ano de 2015 notou-se um decréscimo de 32% no número de total de ações de formação realizadas. Em 2015 foram realizadas 45 ações de formação e em 2016, 34 ações. No ano 2015 o Município apostou na realização de várias ações de formação interna, nomeadamente em Gestão e Seguimento de Expediente, Primeiros Socorros, Higiene e Segurança no Trabalho, Combate contra Incêndios, Plano de Segurança Interno e Prevenção do consumo de álcool em contexto de trabalho. No entanto, verificou-se que em 2016 houve um maior investimento em formações externas, tendo sido realizadas mais 9 ações de formação do que em 2015.



Formação profissional - duração das acções	2016				2015			
	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais
Internas	8	0	0	0	17	11	0	0
Externas	24	1	1	0	14	1	1	1
Total	32	1	1	0	31	12	1	1

❖ Contagem relativa às participações em ações de formação durante o ano, por carreira, segundo o tipo de ação

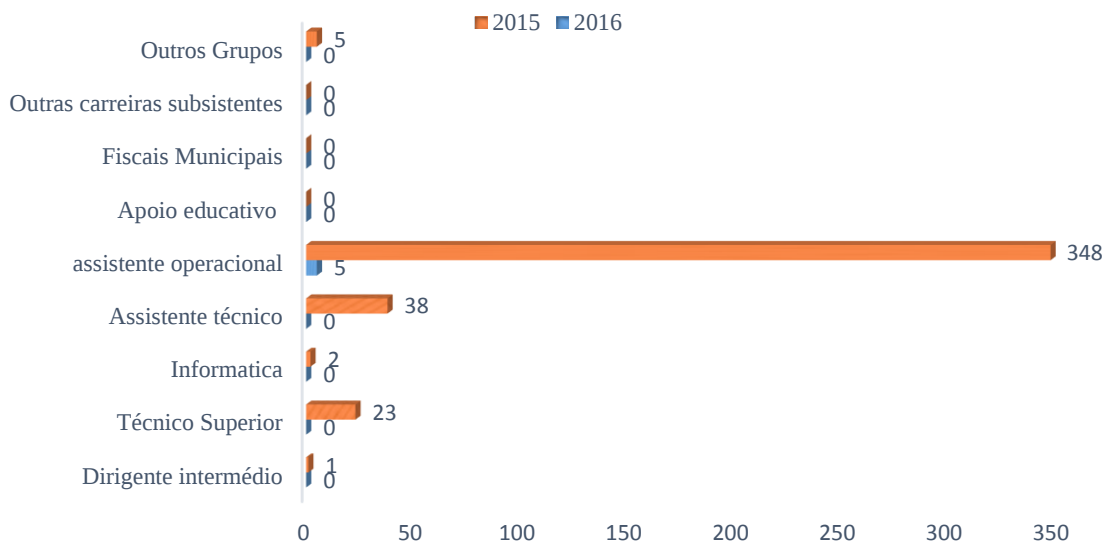
Em 2015 o Município facultou ações de formação a 463 colaboradores, sendo que 417 frequentaram ações internas e 46 ações externas. De salientar o forte envolvimento dos Assistentes Operacionais nas formações internas, representando cerca de 83% do total de participantes, seguindo-se os Assistentes Técnicos com 9% e os Técnicos Superiores com 5,5%. Relativamente ao ano 2016 denotou-se uma quebra muito significativa decorrente da forte aposta formativa efetuada no ano de 2015.

As ações frequentadas foram essencialmente externas e decorreram das necessidades de atualização dos normativos legais nas categorias de Técnico Superior (14) e Dirigente Intermédio (4). Os restantes valores apresentados não têm expressão significativa.

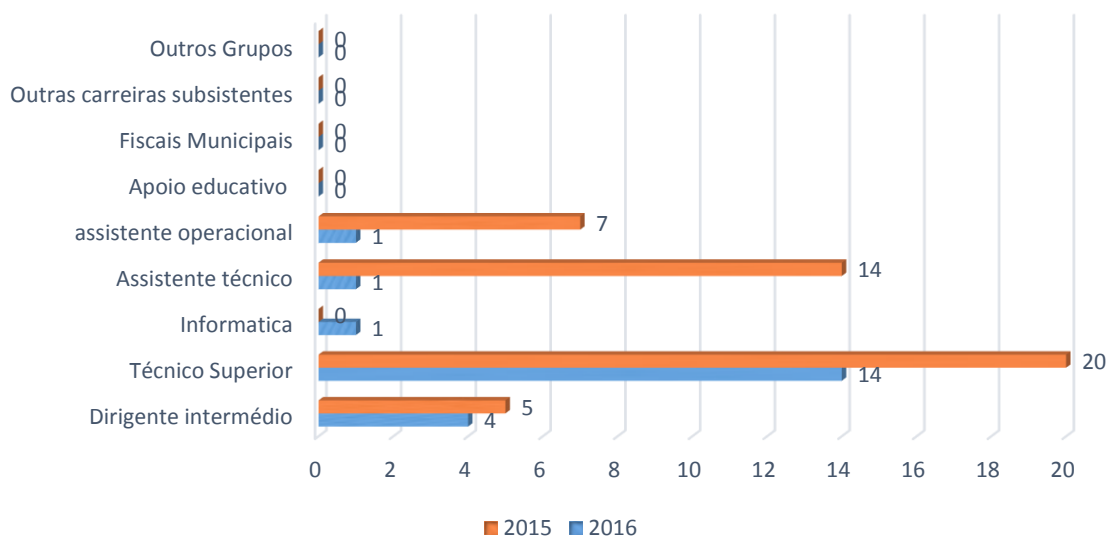
Níveis de qualificação	2016								
	Dirigente intermédio	Técnico Superior	Informatica	Assistente técnico	Assistente Operacional	Apoio educativo	Fiscais Municipais	Outras carreiras subsistentes	Outros Grupos
Nº de participantes em ações internas	0	0	0	0	5	0	0	0	0
Nº de participantes em ações externas	4	14	1	1	1	0	0	0	0
Número total de participantes	4	14	1	1	6	0	0	0	0

Níveis de qualificação	2015								
	Dirigente intermédio	Técnico Superior	Informatica	Assistente técnico	Assistente Operacional	Apoio educativo	Fiscais Municipais	Outras carreiras subsistentes	Outros Grupos
Nº de participantes em ações internas	1	23	2	38	348	0	0	0	5
Nº de participantes em ações externas	5	20	0	14	7	0	0	0	0
Número total de participantes	6	43	2	52	355	0	0	0	5

Contagem dos participantes em Ações de Formação Profissional por Carreira em Ações Internas



Contagem dos participantes em Ações de Formação Profissional por Carreira em Ações Externas

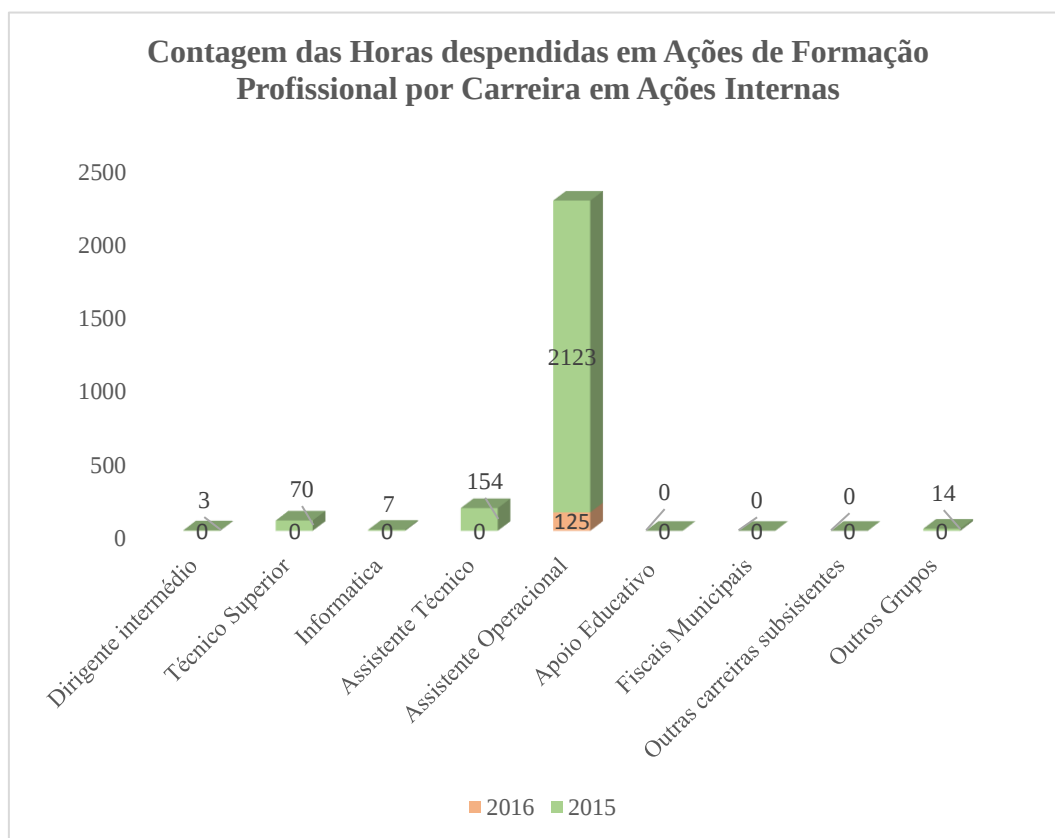


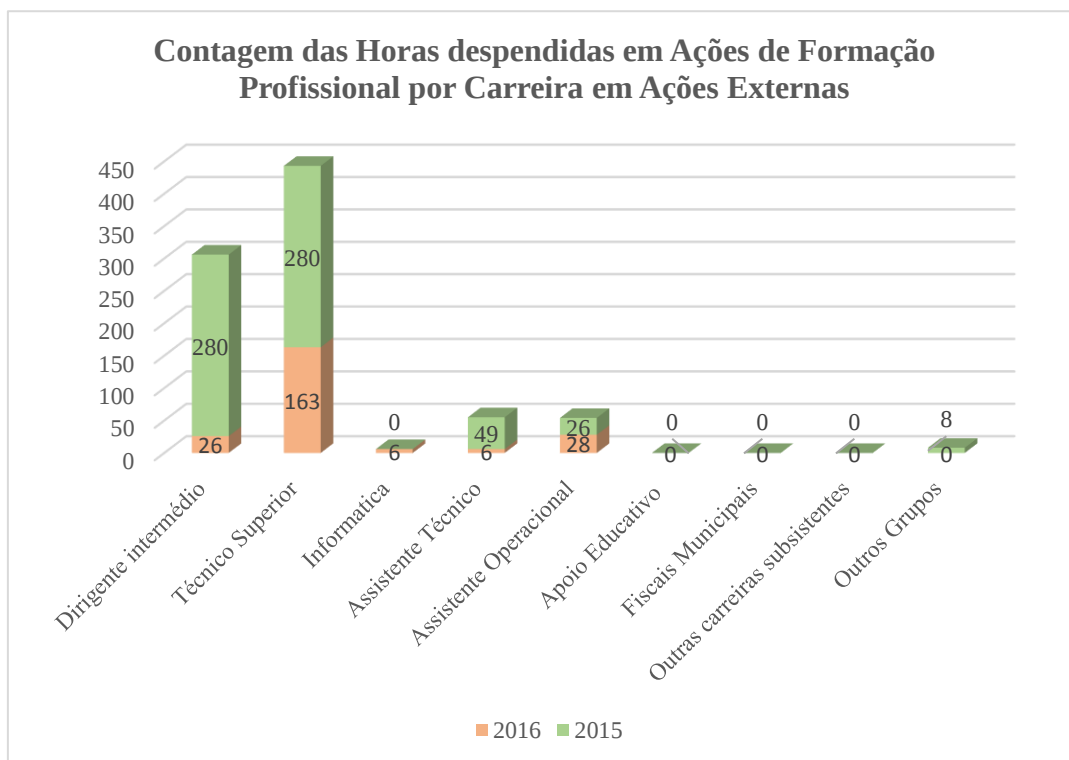
❖ Contagem relativa às horas despendidas em ações de formação durante o ano, por carreira, segundo o tipo de ação

Este campo de análise está intrinsecamente ligado ao primeiro item de análise – Contagem das Ações de Formação realizadas.

No ano de 2015 foram realizadas 3014 horas de formação, sendo que destas 2371 foram internas e 643 externas.

Em 2016 verificou-se um decréscimo de 88% do total de horas de formação, quando comparado com o ano transato, sendo apenas realizadas 354 horas de formação. Destas, 125 horas foram internas e 229 horas foram externas.





❖ Despesas anuais com formação

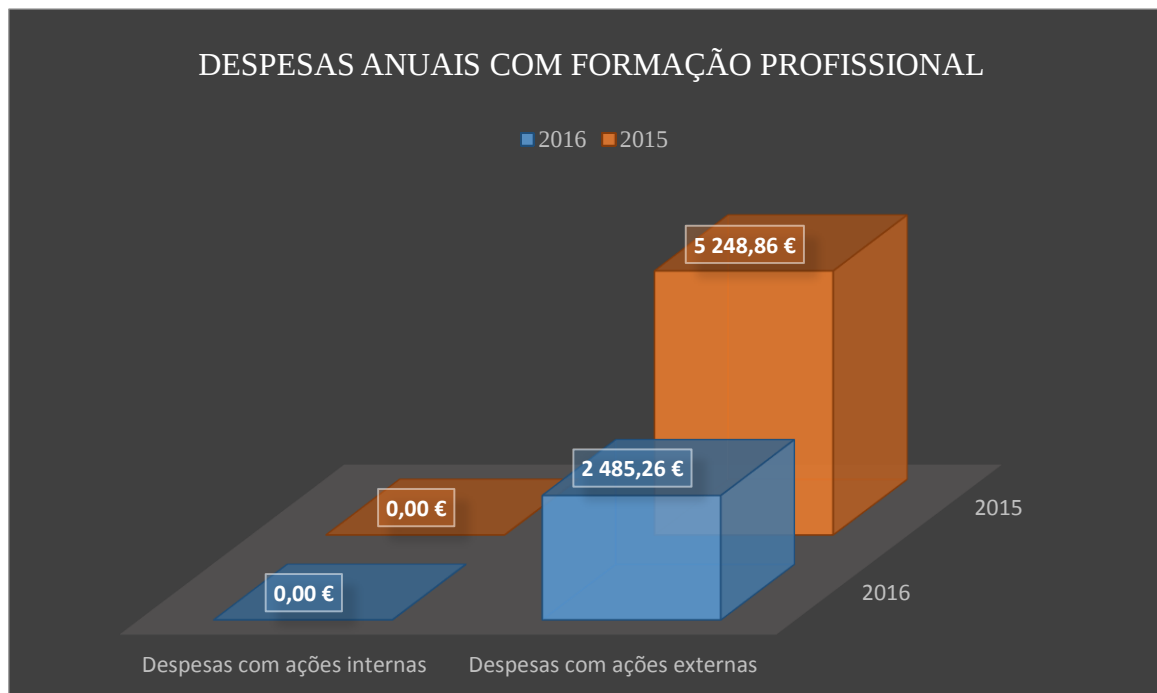
Despesas com formação	2016	2015
Despesas com ações internas	0,00 €	0,00 €
Despesas com ações externas	2 485,26 €	5 248,86 €

As despesas anuais com formação apenas refletem os custos com as ações externas, uma vez que as ações internas são totalmente realizadas com recurso a técnicos do Município.

As ações de formação externas são realizadas com recurso a entidades formadoras acreditadas, como por exemplo o IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública, Centro de Estudos e Formação Autárquica CEFA, TECMINHO - Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento, XZ Consultores, entre outras, acarretando custos totalmente suportados pelo Município com as inscrições e ajudas de custo.

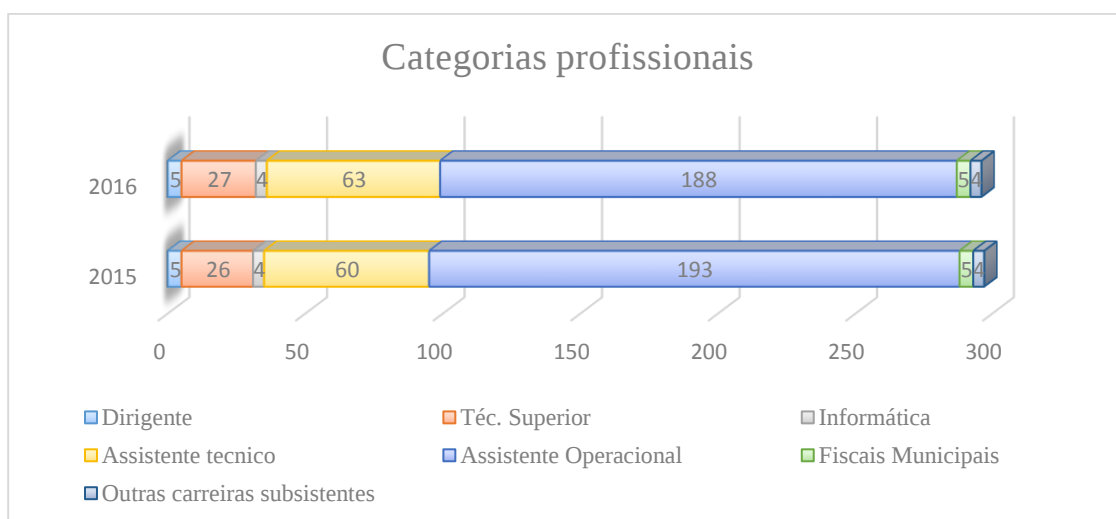
Em 2015, o investimento em formação profissional foi no valor de 5.248,86 euros, que se traduzem no financiamento de ações de formação a 46 colaboradores.

Em 2016 o investimento em formação decresceu cerca de 2.800,00 euros, situando-se nos 2.485,26 euros e apoiou um total de 21 colaboradores.



4.3.5. Diversidade e Igualdade de Oportunidades

LA13 – Composição dos Órgãos Sociais da Autarquia e Relação dos Trabalhadores por Categoria, de acordo com o Género, a Faixa Etária e outros Indicadores de Diversidade



Em relação a este item e tendo em conta as categorias profissionais existentes no município e considerando o género, destaca-se o sexo masculino como o sexo de maior predominância.

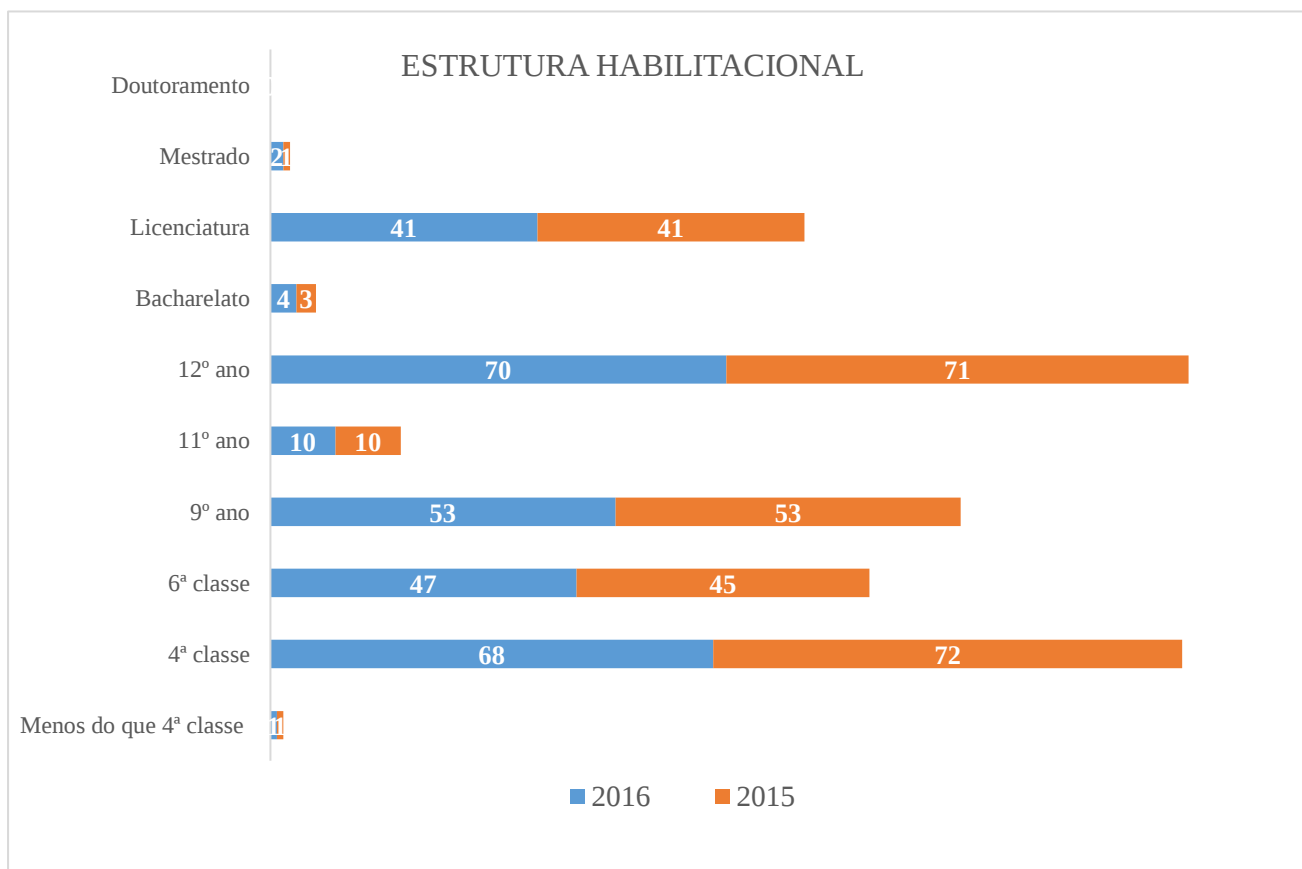
Em relação aos salários, é o que está estabelecido nas regras da administração pública, cumprindo assim, as normas existentes.

A percentagem de funcionários com habilitação superior: bacharelato, licenciatura e mestrado, passou dos 14,81% para os 15,87%, existindo uma subtil subida em relação ao ano anterior. A percentagem de funcionários cuja habilitação é a secundária: 11^a, 12^a anos e CMS, manteve-se nos 27,12%, a restante percentagem de 57,09% pertence aos funcionários cuja habilitação é a Básica (menos de 4 anos de escolaridade, 4, 6 e 9 anos de escolaridade), tendo havido assim, uma diminuição quase inalterável em relação à registada no ano anterior que foi de 57,59%.

A nível do grau mais representativo houve uma mudança em relação aos anos anteriores, passando do nível dos 4 anos de escolaridade para o nível dos 12^a ano, com uma taxa de cerca de 23,65%, o equivalente a 70 elementos com este nível de habilitação.

São ainda admitidos estágios curriculares e estágios profissionais, no âmbito do PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

Os estágios curriculares têm normalmente a duração de três meses e os profissionais de um ano.



Evolução do número de estágios no Município de Arcos de Valdevez:

Evolução do número de estágios no Município de Arcos de Valdevez		
	2015	2016
Homens	8	9
Mulheres	6	4
Total	14	13

4.3.6. Recomendações ao Desempenho Social

O Município de Arcos de Valdevez tendo traçado o seu rumo, tem evidenciado abertura, transparência, eficiência económica e rigor no cumprimento dos seus objetivos. Os dados expressos no presente relatório, demonstram os efeitos da gestão e das políticas adotadas, as quais definem de uma forma clara a evolução verificada na CMAV ao longo deste ano, evidenciando um conjunto de indicadores na área dos recursos humanos e financeiros.

Dos dados revelados no presente relatório, destaca-se alguns indicadores mais pertinentes:

i) A nível de Recursos Humanos, há um decréscimo no número de trabalhadores. Houve uma redução de efetivos por aposentação ano após ano. No presente ano houve perda de 5 trabalhadores.

ii) A nível da taxa de empregabilidade Jovem, devido às restrições à contratação na administração, não se tem verificado.

iii) A nível da taxa de envelhecimento, esta vêm crescendo ao longo dos anos, cresceu quase 8 pontos percentuais em relação ao ano de 2015.

iv) Quanto ao índice de absentismo registou uma diminuição considerável, em comparação com o registado no ano de 2015. O principal fator de registo são as faltas dadas por doença, relacionadas diretamente com futuros processos de aposentação. Por outro lado, há um dado a reter, as faltas dadas no âmbito dos acidentes de trabalho têm tido uma diminuição continua. Julgamos que as ações que a Entidade vem realizando ao longo destes últimos anos, no capítulo da Higiene e Segurança, têm vindo a contribuir para tal situação.

v) No que concerne à formação profissional, constata-se o esforço da Edilidade no sentido de continuar a promover a melhoria continua dos seus trabalhadores, pois a Autarquia tem investido na qualificação dos seus trabalhadores.

5. OS NOSSOS COMPROMISSOS

Pilar de Sustentabilidade	Compromissos
Governança	✓ Aumento da qualidade do serviço público prestado; ✓ Aumentar a visibilidade da marca territorial e atratividade; ✓ Incentivar o diálogo entre as partes interessadas e continuar a política de transparência no processo de decisão; ✓ Continuar a melhoria dos padrões de qualidade do serviço prestado; ✓ Prosseguir os esforços para dinamizar os circuitos de informação internamente e divulgar a informação relativa aos serviços da Câmara Municipal para o exterior, uniformizada e atualizada; ✓ Realizar os projetos estruturantes de desenvolvimento do Município; ✓ Elaborar anualmente o Relatório de Sustentabilidade; ✓ Promover a reabilitação e regeneração urbana da sede concelhia ✓ Reforçar o acesso às infraestruturas básicas;
Económico-Financeiro	✓ Promover a transparência da gestão municipal e eficiência financeira; ✓ Atrair o investimento estrangeiro e promover a atividade económica e do emprego; ✓ Dinamizar os esforços de facilitação e desenvolvimento da economia local; ✓ Publicitar o esforço a desenvolver pela Autarquia para inverter o atual panorama do seu relatório de contas, de modo a atingir o equilíbrio financeiro;
Ambiente	✓ Realizar ações de sensibilização ambiental no âmbito da reciclagem, consumo de água e consumo de energia junto da população; ✓ Melhorar a organização da informação de carácter ambiental e promover sua disponibilização ao público no site da Câmara Municipal; ✓ Promover a “eficiência energética” bem como o uso das energias renováveis como uma mais-valia económica; ✓ Promover a racionalização do consumo de energia e de água nos edifícios municipais;
Social	✓ Reforçar a coesão social do Concelho; ✓ Consolidar o envolvimento com a diáspora arcuense; ✓ Manter o diálogo com todos os colaboradores da Câmara Municipal para melhorar continuamente o serviço prestado; ✓ Prosseguir os planos de formação para todos os colaboradores; ✓ Continuar o empenho nas questões relacionadas com o apoio social à população carenciada; ✓ Melhorar as condições de diversidade e igualdade de oportunidades.

6. CORRESPONDÊNCIA ENTRE O RELATÓRIO E AS DIRETRIZES DO GRI

Diretrizes GRI	Indicador (nas Diretrizes GRI)	Capítulo e página correspondente
Indicadores de Desempenho Económico		
Desempenho Económico	E EC1 ● E EC2 ○ E EC3 ● E EC4 ●	4.1. – Pag. 30-32
Presença no Mercado	E EC5 ● E EC6 ● E EC7 ●	4.1. – Pag. 33
Impactos Económicos Indiretos	E EC8 ● A EC9 ○	4.1. – Pag. 33
Indicadores de Desempenho Ambiental		
Materiais	E EN1 ● E EN2 ●	4.2. – Pag. 37-38
Energia	E EN3 ● E EN4 ● E EN5 ○ A EN6 ● A EN7 ●	4.2. – Pag. 38-38
Água	E EN8 ● A EN9 ● A EN10 ●	4.2. – Pag. 40
Biodiversidade	E EN11 ● E EN12 ● E EN13 ○ E EN14 ○	4.2. – Pag. 41-45
Emissões, Efluentes e Resíduos	E EN16 ● E EN17 ● E EN18 ○ E EN19 ○ E EN20 ○ E EN21 ● E EN22 ● E EN23 ○ E EN24 ○ E EN25 ○	4.2. – Pag. 45-50
Produtos e Serviços	E EN26 ● E EN27 ●	4.2. – Pag. 50
Indicadores de Desempenho Social		
Emprego	E LA1 ● E LA2 ● E LA3 ●	4.3. – Pag. 52-55
Relações entre Funcionários e Administração	E LA4 ● E LA5 ●	4.3. – Pag. 55
Segurança e Saúde no Trabalho	A LA6 ○ E LA7 ● E LA8 ○ E LA9 ●	4.3. – Pag. 56-58
Formação e Educação	E LA10 ● E LA11 ● E LA12 ●	4.3. – Pag. 59-65
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	E LA13 ● E LA14 ●	4.3. – Pag. 65-67

E - Essencial	○ - Aplicável, mas sem dados
A - Adicional	● - Não aplicável
● - Aplicável	



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VLADEVEZ

REALATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ARCOS DE
VALDEVEZ
ONDE PORTUGAL SE FEZ

